

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE ACADÊMICA DE SANTANA DO IPANEMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MAURICIO ALEX DO NASCIMENTO MOURA

A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA- AL

Santana do Ipanema

2017

MAURICIO ALEX DO NASCIMENTO MOURA

A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA- AL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado na graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Moreira
Aristides dos Santos

Santana do Ipanema

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Polo Santana do Ipanema
Responsável: Tatiana Beatriz L. de Alcântara

M929e Moura, Mauricio Alex do Nascimento.
 A evolução econômica do Município de Santana do Ipanema-AL / Mauricio Alex do Nascimento Moura.

 71f.:Il.

 Orientador: Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Polo Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2017.

 Bibliografia: f.66-67.
 Apêndice: f.68-71

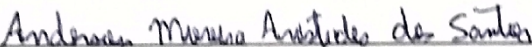
 1. Setores da economia. 2. História econômica . 3. Indicadores socioeconômicos. 4. Santana do Ipanema. I. Título.

CDU: 330

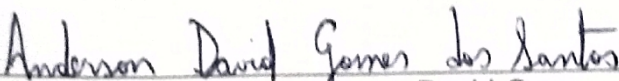
MAURICIO ALEX DO NASCIMENTO MOURA


A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA- AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.


Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos– UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:


Prof. MSc. Anderson David Gomes dos Santos (Examinador)


Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos (Examinador)

DEDICATÓRIA

À minha família, pois sem eles essa e outras conquistas não seriam possíveis.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que apoiaram minhas decisões e incentivaram minha formação.

Ao meu Irmão Marcio André, pelo apoio irrestrito em diversos momentos em que precisei.

Aos professores que contribuíram com a minha formação durante essa graduação, especialmente ao professor Anderson Santos, que com muita paciência me orientou na produção desse trabalho monográfico.

À turma 2013.1 do curso de ciências econômicas. Formamos, sem dúvida, uma ótima equipe, apoiando uns aos outros e compartilhamos da mesma jornada.

Ao Centro Acadêmico de Economia- CAECO, pelo crescimento pessoal que esse me possibilitou ao atender aos discentes dessa unidade.

A todos os meus amigos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação.

À Carlos Silva e Iris Cardial pelas conversas, dicas e momentos compartilhados.

À Comunidade acadêmica da unidade de Santana do Ipanema, na convicção da importância dessa instituição para a transformação da realidade da região.

Meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo debater a composição da renda e das atividades produtivas predominantes na trajetória da economia santanense até o ano de 2010. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e análise de dados disponível nesse período, abrangendo aspectos como, sua formação histórica, características da economia, produto e sua composição, população, renda e distribuição, dependência das finanças públicas e indicadores de qualidade de vida. Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho bibliográfico quanto aos seus objetivos e procedimentos, que utiliza abordagens qualitativas e quantitativas ao longo do seu desenvolvimento. Os resultados obtidos representam as características da economia em cada momento, tratando desde os habitantes primitivos da região até a análise dos modernos indicadores de produto e qualidade de vida. Isso revelou, por fim, as mudanças entre os períodos referentes a produção e composição da riqueza e confirmando a hipótese inicial de que o município passou da predominância do setor agropecuário para a predominância dos serviços em sua economia, contudo com forte dependência das transferências de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Setores da economia. História econômica. Indicadores socioeconômicos. Santana do Ipanema.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the composition of income and productive activities prevalent in the trajectory of the economy santanense until in the year 2010. It was carried out bibliographical research and data analysis available in that period, covering aspects such as, its historical formation, characteristics of the economy, and its product composition, population, income and distribution, dependence about public finances and quality of life indicators. It is a descriptive bibliographic nature research regarding its objectives and procedures, using qualitative and quantitative approaches throughout its development. The results obtained represent the characteristics of the economy in every moment, from the primitive inhabitants of the region until the analysis of modern product indicators and quality of life. This revealed, finally, the changes between the periods relating to production and composition of wealth and confirming the initial hypothesis that the municipality passed the predominance of the agricultural sector to the predominance of services in its economy, however with strong dependence of income transfers.

Keywords: Sectors of the economy. Economic history. Socioeconomic indicators. Santana do Ipanema.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES DE COURO EM KG DO ESTADO DE ALAGOAS	27
TABELA 2 - PRINCIPAIS CULTURAS SANTANENSES EM 1955.....	31
TABELA 3 - PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS E SUAS PARTICIPAÇÕES NO TOTAL	50
TABELA 4 - COBERTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (%)	53
TABELA 5 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSISTIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMILIA.....	53
TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA POR MUNICÍPIO	61

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO SERTÃO ALAGOANO	37
GRÁFICO 2-TAXA DE URBANIZAÇÃO DE SANTANA DO IPANEMA	39
GRÁFICO 3-TAXA DE URBANIZAÇÃO EM DELMIRO GOUVEIA	40
GRÁFICO 4-TAXA DE URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA	40
GRÁFICO 5-TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	41
GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PIB POR MUNICÍPIO (R\$ DE 2000)	42
GRÁFICO 7- CONTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADA DE CADA SETOR PARA O PIB EM SANTANA DO IPANEMA	44
GRÁFICO 8 - CONTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADA DE CADA SETOR PARA O PIB EM SÃO JOSÉ DA TAPERA	46
GRÁFICO 9 - CONTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADA DE CADA SETOR PARA O PIB EM DELMIRO GOUVEIA.....	47
GRÁFICO 10 - PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO VALOR ADICIONADO DOS SERVIÇOS.	48
GRÁFICO 11 - GRAU DE DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49
GRÁFICO 12 - QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	51
GRÁFICO 13 - VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA (R\$ DE 2000).....	52
GRÁFICO 14 - VALOR REPASSADO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$ DE 2000).....	54
GRÁFICO 15 - IDHM NO ANO DE 1991	55
GRÁFICO 16 - IDHM NO ANO DE 2000	56
GRÁFICO 17 - IDHM NO ANO DE 2010	57
GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI	58
GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE POBRES	60
GRÁFICO 20 - PERCENTUAL DE EXTREMAMENTE POBRES.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPM	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
FUNDEB	FUNDO <i>DE MANUTENÇÃO E</i> DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO <i>BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS</i> PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDHM	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
INPC	ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
PBF	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNUD	PLANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
3 FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE SANTANA DO IPANEMA	22
4 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SANTANENSES	37
4.1 Variação e Composição Populacional	37
4.2 Indicadores Econômicos	41
4.2.1 PIB e Sua Composição	42
4.2.2 Finanças Públicas e Dependência Municipal	48
4.3 Indicadores de Qualidade de Vida	55
4.3.1 IDHM.....	55
4.3.2 Índice de GINI e Indicadores de Pobreza	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	68
APÊNDICE A - Trajetória de crescimento dos valores adicionados (R\$ de 2000)....	68
APÊNDICE B - Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social Per Capita	69
APÊNDICE C - Participação dos valores emitidos pela Previdência Social no PIB de cada município (%).	70
APÊNDICE D - Participação do PBF no PIB (%).....	71

1. INTRODUÇÃO

Possuindo área equivalente a 437,877 km², o município de Santana do Ipanema localiza-se na mesorregião do Sertão alagoano e dentro das dependências do que é conhecido como polígono da seca¹. Sua distância até a capital alagoana, Maceió, é de 170 Km em linha reta.

Suas fronteiras são divididas com as cidades alagoanas de Dois Riachos, Olivença, Olho D'água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira e Poço das Trincheiras, além da cidade pernambucana de Águas Belas. É de posição estratégica para os municípios do Sertão alagoano e, principalmente, da microrregião de Santana do Ipanema.

A história do município confunde-se com a evolução da região em que está inserida, uma vez que nove municípios são oriundos da divisão territorial do mesmo. Ademais, ao se observar preliminarmente os números do município presentes em sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em comparação aos outros de sua microrregião, o município parece se sobrepôr aos demais.

Nos dias atuais, é possível, através de autores anteriores, conhecer a história do município, saber sobre a fundação da cidade, gestores e personagens importantes à formação municipal. Contudo, sua trajetória do ponto de vista econômico ainda se restringe a pequenos espaços dentro desses relatos históricos, a exemplo de obras utilizadas nesse estudo como a do IBGE (1956), Melo (1976), Marques de Melo (2010) e Chagas (2011a), ainda não existindo uma obra que tratasse especialmente da parte econômica da cidade.

É importante saber que conhecer a evolução da economia de um município é algo útil não só para o meio acadêmico, onde as informações organizadas podem servir de base para um outro estudo sobre a região (sobretudo levando em consideração que nele funciona uma unidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas-UFAL), mas também à prosperidade da cidade, servindo, por exemplo, como base para políticas públicas ou para os empreendedores que pretendem investir seu capital na região.

¹ Região que inclui outros 50 municípios alagoanos (43,7% do estado) e se caracteriza, principalmente, pela baixa densidade pluviométrica.

Comumente, ao estudar a história da economia em qualquer escala, o foco predominante estará nos polos de desenvolvimento. No caso alagoano, o foco certamente é a zona da mata, como podem ilustrar as obras de Machado (2016) e De Lira (2007), que mesmo sendo ótimas referências para o entendimento da economia alagoana, abordam o tema dando a (merecida) ênfase nos acontecimentos das outras regiões. Contudo, é necessário conhecer também as diversas situações que outras regiões viveram, e vivem, dentro de uma perspectiva histórica e econômica. O resultado desse estudo é um material que aborda o tema de maneira local, para assim contribuir com a disseminação do conhecimento dessa parte da economia do estado.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo debater a composição da renda e atividades econômicas predominantes na trajetória da economia santanense de sua formação até o ano de 2010, uma vez que a hipótese aparente, baseando-se na mudança nos números da economia da cidade, é que Santana do Ipanema passou por um crescimento do produto e uma mudança na composição e importância dos setores da economia ao longo dos anos, passando de agropecuário para o de serviços.

Para observar se essa mudança realmente ocorreu foi necessário realizar o levantamento da bibliografia existente acerca da história e outros aspectos que possam conter características da economia santanense, pois ainda não é conhecido nenhum trabalho bibliográfico que tenha reunido quais obras históricas têm em sua composição aspectos econômicos.

Após localizada e analisada essa bibliografia, iniciou-se uma outra etapa referente aos indicadores econômicos mais atuais disponíveis para o município, conforme os procedimentos metodológicos presentes no capítulo seguinte.

Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho bibliográfico quanto aos seus objetivos e procedimentos. Conta também com abordagens quantitativa e qualitativa do problema ao longo do seu desenvolvimento. O objeto de estudo é o município de Santana do Ipanema-AL de seu surgimento até os dias atuais. O município foi escolhido graças a sua importância para as cidades de sua microrregião, no passado e no presente, sendo inclusive descrita por Chagas (2012) como a cidade mais importante de sua mesorregião. O foco nas atividades econômicas e composição do produto se dão graças à exclusiva disponibilidade do primeiro em alguns períodos, e pelo grande poder de caracterização da economia desses.

Ao fim da exposição, confirmou-se a hipótese de crescimento do produto e mudança na composição dos setores dessa economia, passando da predominância agropecuária, para o setor de serviços. Além disso, foram colhidas informações que possibilitaram caracterizar a economia ao longo desse processo o que tornou mais clara a predominância agropecuária desde sua fundação e nos períodos em que se contava com poucos, ou nenhum, indicadores para esse fim.

Este trabalho está dividido em 6 capítulos a contar desta introdução, procurando tornar cada um complementar ao anterior. No próximo capítulo será exposto o processo metodológico de forma mais aprofundada. Ao longo do capítulo três será apresentado o contexto histórico municipal e os principais elementos referentes à economia nesse período. No capítulo quarto aprofundam-se as discussões sobre a economia municipais mais recentes e com um suporte maior de indicadores e dados. Após essa exposição são elencadas no quinto capítulo as conclusões (trajetória e mudanças) que foram encontradas ao se contrastar as informações dos capítulos anteriores. Por último, as considerações finais trarão as dificuldades e recomendações do estudo.

2. METODOLOGIA

Este capítulo será destinado ao esclarecimento do processo metodológico utilizado ao longo da realização deste trabalho, tratando esse processo de forma mais aprofundada e expondo as minúcias de cada capítulo, assim como de suas subseções, a fim de tornar a leitura das etapas seguintes mais fáceis e elucidar conceitos e processos, teóricos ou metodológicos, necessários ao bom entendimento dos capítulos posteriores.

Com o objetivo de debater a composição da renda e das atividades econômicas predominantes na trajetória da economia santanense de sua formação até o ano de 2010, este trabalho monográfico caracteriza-se como uma pesquisa descritiva que tem o município de Santana do Ipanema como objeto de estudo. A abordagem escolhida para a elaboração da pesquisa pode ser dividida basicamente em duas partes apresentadas nos capítulos três e quatro dessa monografia.

Na primeira parte (capítulo 3) o procedimento adotado foi a realização de uma pesquisa bibliográfica buscando fontes relacionadas à história municipal em bibliotecas locais, em sites e em obras relacionadas. Destas obras foram selecionadas as passagens que contribuíam para o entendimento da formação e da vida econômica do município. As informações que foram buscadas dizem respeito principalmente à caracterização da atividade produtiva predominante no município, assim como os marcos históricos que determinaram os rumos destas atividades.

Embora também apresente aspectos quantitativos, esse capítulo terá uma abordagem predominantemente qualitativa. A escolha dessa abordagem se deu pela pouca disponibilidade de indicadores e dados para esse período, aliado ao pouco conhecimento dos episódios econômicos em âmbito municipal.

Essas informações foram contrastadas com obras de âmbito superior em abrangência, a fim de encontrar as convergências e divergências dos relatos com os movimentos da conjuntura nesse período.

Foram fontes de pesquisa para a elaboração do capítulo supracitado autores como IBGE (1956), Melo (1976), Marques de Melo (2010), Chagas (2011) e Chagas (2012). O período analisado compreende a época dos povoadores primitivos (índios fulni-o) em meados do século XVII, passando pela formação administrativa, até se encerrar na década de 1970 com a criação da bandeira e do brasão da cidade que condensam e simbolizam o processo analisado. Essa análise dos antecedentes

históricos cria o cenário a ser contextualizado para o melhor entendimento do capítulo seguinte com maior carga de dados e indicadores.

É importante também ressaltar que o objetivo do capítulo referente à história econômica do município não é realizar um processo de aquisição de novas informações sobre a história do mesmo, mas sim utilizar a literatura existente como ferramenta para localizar e agrupar de forma específica os momentos que a cidade viveu no tocante a sua economia.

Já para o quarto capítulo, após a elaboração do levantamento bibliográfico para a aquisição dos dados necessários, foi adotada uma abordagem de cunho predominantemente quantitativa. Esse capítulo se destina à análise socioeconômica do município e recebeu essa abordagem por vencer, em grande parte, o principal limitante do capítulo terceiro (a ausência de indicadores e dados). A localização e tratamento desses dados é um procedimento necessário que possibilita a comparação entre os diferentes momentos da economia santanense.

O capítulo requer um especial esclarecimento quanto à escolha dos indicadores, períodos e fontes de dados. Primeiramente, para efeito de comparação, foram selecionados os três municípios da mesorregião sertaneja com maior população residente segundo o censo de 2010, dos quais Santana do Ipanema faz parte ocupando a segunda posição, precedido por Delmiro Gouveia e precedendo São José da Tapera. Optou-se também, em alguns momentos, pela comparação com a média do estado de Alagoas, contudo omitindo essa análise em determinados momentos por julgar inviável nas exposições gráficas ou de outra natureza.

Essa comparação com os municípios selecionados possibilita observar quando os movimentos de variação dos indicadores se dão de maneira conjunta ou de maneira isolada para o município estudado. Assim, identificando o grau de especificidade dos acontecimentos econômicos recentes.

Uma segunda observação importante é quanto à escolha do período analisado. O período de início da análise foi definido de acordo com a disponibilidade de cada indicador, uma vez que a proposta é tentar cobrir o máximo possível da trajetória do objeto de estudo, mesmo que isso signifique voltar a abordar períodos em que o capítulo anterior trabalhou, dessa vez utilizando uma maior carga quantitativa dos indicadores escolhidos.

Isso implicará na não padronização dos períodos analisados em diferentes indicadores quanto ao seu início, pois, sendo alguns mais antigos que outros,

acabarão por ter datas não sincronizadas. Isso possibilita uma análise posterior mais consistente e abrangente, sendo o principal limitante para todos os indicadores sua própria existência ou disponibilidade em cada período da série histórica. Já com relação a data de encerramento dessas análises, optou-se pelo ano de 2010 graças a dificuldade de atualização de todos os indicadores escolhidos, sendo alguns atualizados apenas decenalmente e outros anualmente, além de que a não adoção desse método implicaria na utilização de diversas projeções para os períodos mais recentes.

O primeiro aspecto observado foi o populacional. Realizou-se a análise da taxa de variação da população municipal e da taxa de urbanização, sempre realizando as comparações necessárias entre os municípios selecionados. Esse estudo é importante para apoiar a hipótese desse trabalho, pois apresenta a mudança na composição da população, que se afasta gradativamente da zona rural.

A principal fonte de dados para essa etapa foi o site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que reúne dados de diversas outras fontes primárias como o IBGE. O período analisado parte do primeiro censo da República, em 1890, uma vez que não constam dados do período anterior (1872) para o município de Santana do Ipanema.

Cabe explicar que anteriormente ao censo de 1872 já eram realizadas contagens populacionais com vários objetivos. Os motivos que levam tradicionalmente às análises populacionais a considerar apenas os dados posteriores ao censo de 1872 são explicados por Oliveira (2001), quando afirma que:

Se o censo de 1872 recebe essa característica, isso se dá, em primeiro lugar, porque é nele que se explicita a maioria dos critérios modernamente atribuídos a um censo: respaldo legal; dotação orçamentária específica; simultaneidade da pesquisa; data de referência pré-estabelecida; demarcação territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território e enumeração individual de todas as pessoas. E, em segundo lugar, porque diferentemente dos levantamentos até então realizados e que traíam essencialmente propósitos militares, fiscais ou eleitorais, é no censo de 1872 que se consubstancia, pela primeira vez, o propósito manifesto de se conhecer a população brasileira. É nele que a população emerge como elemento central e constitutivo da própria nacionalidade. É nele que se espelha o processo de construção da nação e do Estado-nação brasileiros (OLIVEIRA, 2001, p.9),

Dada a importância do ponto de partida da análise, outra observação relevante diz respeito a ausência dos dados referentes a 1900 e 1930². Em 1900, segundo Oliveira (2001) foram detectados erros e omissões para o estado do Rio de Janeiro, isso resultou na realização de um novo censo para a capital da República da época. Em decorrência da importância dada à cidade no contexto nacional, o censo desse ano acabou por reduzir o interesse nos resultados pela perda de credibilidade até o seu desuso. Para o ano de 1930 a instabilidade política provocada pela revolta de 30 não permitiu que o censo fosse realizado naquele ano, fazendo com que a análise passasse de 1920 a 1940 (já no Estado Novo).

Para observar a composição dessa população, realizou-se a análise quanto a sua taxa de urbanização. A primeira iniciando em 1940 para Santana do Ipanema e 1960 para as demais cidades. Para essa taxa foi obtida a partir da divisão entre a população residente na zona rural e na zona urbana segundo a base de dados do IPEA.

Em seguida, para melhor exemplificar a evolução econômica do município, tem início a seção de indicadores econômicos, começada essa análise da trajetória e composição do seu Produto Interno Bruto (PIB). O PIB, assim como acrescenta Dornbusch (2009, p.22), “é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em dado período”, assim, seria uma expressão da riqueza de um território. É o indicador mais utilizado para medir a atividade econômica de uma região.

Durante muito tempo o PIB era o único indicador utilizado para medir o bem-estar de uma população, mas mesmo na atualidade existindo outros indicadores capazes de mensurar de forma mais eficaz a melhoria das condições de uma região, sua utilização ainda continua muito difundida nas análises macroeconômicas, por ser capaz de medir de melhor forma, como dito anteriormente, a atividade econômica de uma região. É utilizado como um indicador de crescimento econômico.

A principal fonte de dados para o estudo do PIB foi novamente o IPEA, e o período analisado começa em 1920 para Santana do Ipanema, iniciando posteriormente para os municípios selecionados conforme a disponibilidade dos mesmos. Foram realizadas análises de evolução do produto, tanto de forma absoluta,

² O que seria o quarto censo demográfico, que estava marcado para 1910, não chegou a ocorrer, segundo Oliveira (2001), em consequência da turbulenta disputa pela presidência da República derivada da ruptura da política do café com leite e da Revolta da Chibata. Contudo, os dados referentes à população desse período foram apresentados pela base de dados do IPEA e, assim, inseridos na análise.

quanto com relação à composição desse produto. Para essa segunda análise foi observada a contribuição do valor adicionado dos três setores da economia ao produto municipal para cada período. Além disso, após identificar o setor de maior peso na economia local, serviços, observou-se também a proporção do seu maior componente “administração pública”, nesse valor adicionado.

As finanças públicas têm como fonte de dados a plataforma virtual do Tesouro Nacional, o site da Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A série de dados inicia em 1989, contudo optou-se pelo início da análise em 1990, para que fosse possível analisar a evolução em intervalos de cinco anos. Esse intervalo foi adotado para evitar os anos em que ocorreram indisponibilidade de dados.

Essa análise procurou observar, principalmente, o grau de dependência das receitas municipais, das transferências da União e do estado. Além de observar a dinâmica e natureza dos principais repasses para o município, bem como para pessoas físicas e jurídicas residentes na localidade.

Os valores contidos nas tabelas 13 e 14, referentes aos repasses da previdência social e do Programa Bolsa Família (PBF), respectivamente, foram deflacionados utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidos (INPC). O ano utilizado como base para isso foi o ano 2000. Assim, todos os valores são representados a preços desse ano.

É importante conhecer a saúde das finanças públicas para saber a capacidade do estado em intervir na vida dos cidadãos. Para Matias-Pereira (2006), levando em consideração o poder de intervenção do estado na economia:

A tarefa central das finanças públicas é estudar a natureza e os efeitos do uso, pelo estado, dos instrumentos fiscais: tributação e gastos, obtenção de empréstimos e sua concessão, compra e venda. [...] Assim, as finanças públicas buscam promover, por meio das autoridades públicas, os bens e serviços públicos, ou coletivos, que as pessoas não podem adquirir em pequenas quantidades, como educação, saúde pública, justiça, segurança pública, entre outros, e a maneira pela qual são financiados (MATIAS-PEREIRA, 2006, p.130),

Dada a conceituação apresentada pelo autor, fica evidente a importância de sua análise durante a observação da evolução econômica municipal. Contudo, para além de uma análise que compara receitas às despesas, julgou-se mais adequada a observância da dependência das receitas às transferências, uma vez que isso demonstra em grande parte a capacidade e a autonomia do município em regular as suas próprias contas.

No caso dos indicadores de qualidade de vida, as principais fontes de dados foram o Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal e o Censo demográfico de 1980. Como principal indicador para quantificar essa qualidade de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi escolhido para medir o avanço do bem-estar do santanense.

Segundo o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990, como uma forma de medir o desenvolvimento humano e foi apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD. Esse índice foi criado para que servisse de contraponto a adoção do PIB como medida de desenvolvimento, e é composto por 3 elementos: a saúde, que diz respeito a possibilidade de se levar uma vida prolongada e saudável; a educação, que trata do acesso à educação; e a renda, que apresenta a importância do poder aquisitivo para uma vida digna.

Ainda segundo o PNUD (2013), diversos outros elementos têm sido apresentados como passíveis de incorporação no IDH, chegando inclusive à criação de outros índices a partir deste. Na perspectiva de ampliar a análise do IDH no Brasil, essa análise foi estendida para os municípios através da criação do IDHM, possibilitando a comparação entre estes e um combate mais focalizado nas deficiências de cada município.

Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios. (PNUD,2013, p.26).

Esse índice pode ser classificado em três categorias, onde o IDHM pode ser considerado muito baixo (0 à 0,499), baixo (0,500 à 0,599), médio (0,600 à 0,699), alto (0,700 à 0,799) e muito alto (0,800 em diante). Como esse indicador é divulgado decenalmente, existem três períodos a se analisar (1991, 2000, 2010).

A introdução do índice de Gini foi necessária, pois, na composição do IDHM o elemento utilizado para medir a renda é a renda per capita. Assim, apesar desta possibilitar o estudo sobre a quantidade de pobreza ou extrema pobreza, não possibilita ao IDHM levar em consideração a distribuição de renda no interior da sociedade. Esse está disponível também decenalmente, contudo a partir de 1980. O índice de Gini mede a disparidade de renda entre os ricos e os pobres, onde quanto

mais próximo de zero o valor está, representa uma sociedade com distribuição mais equânime, enquanto um número mais próximo de um representa maior concentração de renda. Então sua observação acrescenta esse importante parâmetro para a evolução da qualidade de vida.

A adição da análise das taxas de pobreza e extrema pobreza do município foram retiradas do quesito renda per capita trazido na composição do IDHM, sua análise próxima na mesma subseção do Coeficiente de Gini se deu graças a complementaridade entre os temas pobreza e desigualdade. Os dados compreendem um período iniciado em 1980, também decenalmente.

Trabalhos como o de Silva (2013) e Oliveira (2015) demonstraram o quanto é factível o estudo econômico municipal e foram, ao lado do interesse pessoal pelo tema, incentivadores da presente monografia.

3. FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE SANTANA DO IPANEMA

Esta seção é destinada à exposição dos principais determinantes históricos da economia santanense. Nela serão apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica sobre a história da região e da contextualização dos acontecimentos no âmbito econômico, constituindo assim a primeira etapa desse trabalho.

A história econômica do município começa, evidentemente, pelos seus primeiros povoadores. É sabido hoje que os primeiros a ocuparem essas terras foram os índios fulni-ô (até o início do século XX eram chamados de Carnijó), descendentes dos Cariri, que vivem até hoje na cidade vizinha de Águas Belas. Essa informação é apresentada por grande parte dos autores que estudam o tema e, segundo Melo (1976), foi Ivan Fernandes Lima, importante geógrafo alagoano, quem expôs esse posicionamento anteriormente, em sua obra “Geografia das alagoas”, de 1965.

Para Marques de Melo (2010), esses indígenas teriam chegado à região refugiados da perseguição de Duarte Pereira, que governava a capitania de Pernambuco, da qual Alagoas era pertencente. Posteriormente foram novamente expulsos durante a ocupação dessas terras pelos sertanistas que aqui chegaram.

É possível afirmar, então, que as primeiras características da economia desse local foram marcadas pelos hábitos desses indígenas, ou seja, pelas atividades de caça, pesca, agricultura e coleta, conforme conta Carvalho (2015).

Os índios que habitavam o espaço alagoano intercalavam períodos de sedentariedade com os de nomadismo. No período sedentário, cultivavam a lavoura de milho e da mandioca, utilizando-se para isso da coivara – a queima da área a ser plantada. O beneficiamento da mandioca e do milho, mesmo sem produzir excedentes, revela a acumulação de uma relativa experiência agrícola. No entanto, eram a coleta, a caça e a pesca os elementos predominantes da economia indígena. (CARVALHO, 2015 p.41)

Essa economia rudimentar presente na região seria substituída pelo modo de produção predominante em toda a colônia nessa época, a serviço do mercantilismo e da acumulação da metrópole. Carvalho (2015, p.16) deixa claro que em Alagoas “a colonização se dava pela expulsão dos índios e pela adoção de sesmarias³ para a instalação de engenhos de açúcar e fazendas de gado”, sendo o primeiro na faixa litorânea e o segundo no interior do estado.

³ As sesmarias eram lotes de terra que eram cedidas pela coroa portuguesa com o objetivo principal de aumentar os domínios territoriais portugueses e, conseqüentemente, os lucros advindos da maior área cultivada.

Sobre o destino da terra após a expulsão dos indígenas, Campos (2017), explica que antes mesmo da criação da comarca de Alagoas (ocorrida em 1706), já haviam ocorrido doações de sesmarias que efetivamente não culminaram em ocupação das terras por seus donatários, sendo os rendeiros e compradores de terras das sesmarias responsáveis por realizá-la, subindo os rios Traipu, Ipanema e Capiá ao longo do século XVIII.

De acordo com Agra (2010, p. 124) as terras onde hoje se encontra a cidade de Santana do Ipanema “faziam parte de uma propriedade denominada ‘Fazenda Picada’ cujo proprietário chamado João Carlos de Melo vendeu-a em 1771 a Martinho Vieira Rego.” E, posteriormente, teve seu nome alterado para “Fazenda Ribeira do Panema”, em virtude de sua localização.

Chagas (2011a) afirma que a cidade de Santana do Ipanema teve dois fundadores oficiais, o primeiro foi o fazendeiro Martinho Rodrigues Gaia, que junto com seus irmãos Martins Vieira Rego e Pedro Vieira Rego conseguiram uma sesmaria próxima da região. Os irmãos abriram caminho pela região até chegarem à ribeira do Ipanema em 1771. O outro fundador foi o padre Francisco Correia de Albuquerque, que ao chegar na ribeira do Ipanema para exercer suas funções sacerdotais, se hospedou na casa de seu amigo Martinho Rodrigues Gaia.

Ainda segundo Chagas (2011a), já contando com um arraial de caboclos⁴ que se instalou aos arredores da casa grande, o padre fez erguer uma capela na região com imagens de, entre outros santos, Senhora Santa Ana, em 1787. Após a fundação da futura cidade e da construção da capela, a região que antes era conhecida como Ribeira do Panema, ficou conhecida como Sant’ana da Ribeira do Panema, ainda fazendo parte dos domínios de Traipu; Alagoas de Pernambuco e o Brasil colônia de Portugal.

Melo (1976) explica que o padre pode ser considerado também fundador mesmo tendo chegado depois, pois dada a formação extremamente religiosa da população, era comum que as cidades surgissem em volta de um pequeno núcleo invocando um santo ou santa, citando como exemplo inclusive a história da fundação da cidade de São Paulo, que é marcada pela construção de uma capela.

Instalada a fazenda de Martinho, este procurou adotar uma estratégia de descentralização da administração da empresa rural, distribuindo suas vastas terras

⁴Mestiços de índios e brancos

com seus filhos. Para Melo (1976, p.146), esse foi um fator decisivo para o sucesso administrativo da localidade: “Graças à descentralização das fazendas de Martinho, a vila tomou grande impulso. Chegando a apresentar condições idênticas às cidades de Belo Monte, Pão de Açúcar, Mata Grande e Traipu, a que estava vinculada”. Afirma ainda que essa descentralização facilitou também o povoamento das terras e favoreceu a agropecuária como alicerce do crescimento, que veio acompanhado de um grande crescimento demográfico da numerosa família e das fazendas que foram surgindo.

Dadas essas informações sobre a fundação da cidade, pode-se fundamentar a ocupação territorial da região nas políticas adotadas pela coroa portuguesa, desde o incentivo às atividades dos bandeirantes que expulsaram os indígenas à concessão das sesmarias visando maior ocupação territorial. Não esquecendo também do atendimento às necessidades do engenho, pois “o sertão foi ocupado pela pecuária rudimentar, criada em campo aberto, em sua totalidade importada da Europa, espalhada nessa área para atender às demandas da zona da mata no tocante a carne, couro, tração e transporte”, assim como explica Carvalho (2015, p.27). O alicerce da economia santanense foi, então, a atividade agropecuária.

Ainda segundo Carvalho (2015), o crescimento da agropecuária na região sertaneja, é explicado pela existência de terras incultas ou desocupadas, aptas para a atividade de forma extensiva, visto que eram menos indicadas para a agricultura. Deste modo, o único investimento era o trabalho do vaqueiro.

Contudo, não se pode deixar de levar em consideração os fatores locais que fundamentam a localização da cidade dentro desses grandes domínios. Agra (2010) apresenta tal característica como um diferencial, que contribuiu para o crescimento da cidade.

Não sei, e jamais poderei tirar essa dúvida, se os pioneiros que construíram a capela tinham a real ideia da importância do local escolhido, ou mesmo se foi um mero acaso, mas acontece que naquela região há um conjunto de serras que começa na margem do rio e, esparramando-se na direção norte, entra no vizinho estado de Pernambuco. De modo que tanto as estradas que procuravam contorná-las, como aquelas poucas que as atravessavam, convergiam exatamente para a Ribeira do Panema. Sendo assim, aquele lugar era uma rota de passagem dos carreiros, conduzindo os seus carros de bois, como também dos almocreves que tangiam suas tropas de burros, levando cargas de sertão adentro, ou dele trazendo os seus produtos. (AGRA, 2010, p.125).

Diante disso, pode-se afirmar que a localização foi um determinante para a Cidade.

Carvalho (2015) explica que a paisagem da caatinga, onde está presente também a cidade de Santana do Ipanema, mudou drasticamente desde o início das atividades agropecuárias. Isso seria explicado graças ao aparecimento, trazido pelos novos habitantes, de animais e plantas adaptadas ao semiárido, muitas delas para atender a pecuária.

Após a sua fundação a povoação cresceu e em 1836 se tornou freguesia⁵. Barros (2010) informa que seu território em época de freguesia era imenso, indo de onde hoje é o município de Mata Grande à Palmeira dos Índios. Campos (2017), ainda traz dados populacionais desse período. Segundo eles cinquenta anos depois da chegada do Padre, a cidade contava com 4.703 habitantes, e destes, 570 na condição de escravos. Isso significa dizer que essa era a população um ano após tornar-se freguesia⁶.

Carvalho (2015, p.119) explica que: “No período colonial, como se caracterizava por ser uma atividade de baixo valor e produtividade, a pecuária não podia manter grandes planteis de escravos”. Nobre (2010, p. 267) completa dizendo que “quase não veio negro para o sertão sem engenho. Com raras exceções, pois algumas fazendas possuíam negros escravos. Os proprietários lavravam suas terras. Antes do trator, os bois ajudavam no mecanismo”. Isso pode justificar o número de escravos na região.

A autonomia da cidade veio em 1875, quando Sant’ana do Panema (como era conhecida até essa data) foi elevado à Vila, desmembrou-se de Traipu e passou a contar com estrutura político-administrativa própria, conseqüentemente pôde arrecadar tributos, prestar contas ao estado, eleger intendentess (atuais prefeitos) e conselheiros (atuais vereadores). Essa seria considerada a data da emancipação política de Santana e não sua elevação à cidade formalmente. Nesse período a vila se alicerçava na pecuária e na agricultura baseada em milho, feijão e algodão. Como afirma Djalma de Melo Carvalho *apud* Campos (2017).

Um espaço especial na análise da economia santanense deve ser dedicado ao rio Ipanema, pois além de dar nome à cidade foi o fator que possibilitou a chegada e

⁵ Freguesia é a menor divisão administrativa portuguesa, utilizada também no período do império no Brasil ainda como correspondente à paróquia, uma vez que estado e igreja são intimamente ligados.

⁶ Essa informação tem mais valor ao se observar a razão entre os habitantes e a quantidade de escravos do que pela população total. Como exposto na metodologia do presente trabalho, a população será exposta unicamente com base nos censos demográficos

a manutenção no atual local, visto que o acesso a recursos hídricos pode ser considerado um fator limitante do desenvolvimento. Sua importância é tal que, no município, comemora-se no dia 21 de abril o dia do Rio Ipanema.

Como afirma Chagas (2011b), nascendo com o nome de Mimoso na serra do Ororubá, município de Pesqueira, estado de Pernambuco, o rio pode ser considerado o Pai de Santana, pois foi a via que possibilitou seu acesso pelos seus fundadores.

Ainda segundo Chagas (2011b), sua importância para a cidade vem do fornecimento de: água que era retirada de poços (uso doméstico e animal) e das cacimbas (consumo humano); areia era utilizada principalmente na construção das casas; argila era utilizada também nas construções, primeiro nas casas de taipa e posteriormente como tijolos. O fabrico de telhas era restrito devido ao tipo e qualidade da argila; pedras enfeitam as casas, jardins e muros, embora não possuam valor comercial; pesca, os peixes mais comuns na região são o bambá, o mandarim e a traíra, entre os menos presentes estão a piaba e o carito chupa-pedra e, posteriormente, surgiram o cará e o fidalgo (tilápia). O pitu apareceu no rio apenas em locais específicos; e até mesmo do mato presente no rio é utilizado em rituais religiosos, como ervas medicinais, e como alimento para animais.

Conta Melo (1976) que no tempo em que o acesso à água potável era ainda mais limitado, isso fazia com que o movimento intenso de jumentos acontecesse, levando e trazendo água do rio, de cacimbas, muitas vezes salobras, ou se o comprador pudesse pagar, mandava trazer água de mais longe, com uma qualidade melhor. A figura de um desses trabalhadores, Candinho, como era conhecido, encarregado de abastecer a cidade, juntamente com seu jumento, ganharam posteriormente uma estátua na cidade. Essa foi uma homenagem aos tempos difíceis que a cidade atravessou nesse período.

Os períodos de enchentes mais famosos do rio Ipanema são os dos anos de 1941, 1960 e 2004, que apesar de serem sempre motivo de alegria com a abundância de água, também causaram devastação e contratempos a população de Santana do Ipanema

A indústria de pele no Sertão foi uma importante geradora de empregos e fonte de riqueza comercializada em Santana do Ipanema, especialmente para o Coronel Manoel Rodrigues da Rocha, que costumava comercializar com Delmiro Gouveia. Segundo Lima Júnior (1963), Delmiro teria enviado empregados e estabelecido contatos comerciais, entre eles o supracitado, nos principais pontos dos estados de

Alagoas, Pernambuco e Bahia, com a finalidade de adquirir couros e peles enquanto trabalhava na pedra⁷. Esses “courinhos”, como eram conhecidas as peles de ovinos e caprinos, eram beneficiadas e exportadas principalmente à América do Norte e Europa. Ainda segundo Lima Júnior (1963 p. 95) “De 1916 em diante, durante 12 a 15 anos, saíram da ‘pedra’, anualmente, em média, 40.000 couros e peles. ”

Como dito anteriormente, Santana do Ipanema Incluiu-se nos negócios através do Coronel Manoel Rodrigues da Rocha. Este recebia também peles de um compadre da cidade de Arapiraca. Contudo, Agra (2010, p.127) atenta para o fato de que desde a fundação da cidade “na área próxima à igreja, na região da maniçoba e bebedouro foram construídos vários curtumes”, ficando essa rua conhecida como rua do sebo e posteriormente, rua do couro.

Para se mensurar a importância dos negócios de Delmiro Gouveia para o Sertão e para o estado, Lima Júnior (1963), representado na Tabela 1, traz os dados das exportações de couro em Kg do estado de Alagoas. Onde se pode notar um súbito crescimento das exportações no período.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES DE COURO EM KG DO ESTADO DE ALAGOAS

ANO	Exportação em Kg
1895	4.756
1903	3.278
1904	665.446
1908	978.815
1915	1.151.846

Fonte: Adaptado de Lima Júnior (1963 p. 96)

Com o surgimento de uma indústria com crescimento acelerado no alto sertão alagoano, fazia-se necessária a criação de infraestrutura à região, já que nesse período era precária e sem grandes planos governamentais para melhorá-la. Diante disso, Melo (1976) destaca o papel pioneiro de Delmiro Gouveia na abertura de estradas em várias localidades, incluindo Santana do Ipanema:

O pioneiro da industrialização brasileira no nordeste alagoano foi, sem dúvida, inegavelmente o bravo sertanista Delmiro Gouveia, natural da terra de José de Alencar (Ceará). Para dar escoamento ao material fabricado em

⁷ Hoje cidade de Delmiro Gouveia em sua homenagem.

sua indústria pioneira, no alto sertão das alagoas e, ao mesmo tempo, poder transportar peles das circunvizinhanças para a cidade de pedras (Alagoas), fez construir estradas desde a sede até a cidade de Garanhuns, bifurcando-se em direitura de palmeira dos índios, passando por nossa Santana do Ipanema. (MELO, 1976, p.85).

É importante perceber o avanço que uma estrada pode causar para uma cidade nesse período onde começavam a circular pelo Sertão os primeiros automóveis, pois isso possibilitaria uma maior movimentação de comerciantes pela cidade. Rocha (1963 p.111) informa também sobre a velocidade desse avanço quando afirma que: “A construção da estrada foi iniciada em 1911, a partir da pedra. Ainda no primeiro semestre de 1912, os automóveis do coronel Delmiro já alcançavam Santana do Ipanema”. Antes disso, Melo (1976 p.57) explica que: “Vivíamos quase que isolados da capital, devido à falta de estradas e rodagem e toda nossa produção de cereais (milho, feijão, etc.) era desviada para outros estados, para outros mercados”.

Agra (2010) também trata da importância do surgimento das estradas para a economia local, destacando que:

O surgimento de estradas e o desenvolvimento do comércio também produziram reflexos na ocupação urbana, na área da cidade, em frente à igreja onde ocorria a feira aos sábados e quartas, também foram construídos sobrados que tanto serviam como novos pontos comerciais [onde hoje é o comércio da cidade], e como moradias para as famílias mais abastadas do lugar. E foi graças a essa abundância que começaram a chegar a Santana do Ipanema novidades. (AGRA, 2010, p.131)

Ainda no tocante à infraestrutura, Delmiro também foi pioneiro ao conseguir retirar energia elétrica da cachoeira de Paulo Afonso em 1913, para eletrificar a primeira fábrica de linhas de costura do Brasil (que concorria com fábricas inglesas nesse período), coisa que só pode se estender à Santana do Ipanema no ano de 1963, após a exaustão do motor que gerava energia elétrica à cidade. Vale lembrar que nesse período vigorava no Brasil a “política do café com leite”, que direcionava as atenções especialmente para Minas Gerais e São Paulo. Nesse contexto, a ideia do crescimento da infraestrutura no Sertão alagoano se torna ainda mais importante.

Lima Filho (1963) observa que para essa fábrica de linhas o cearense também tentou cultivar no Sertão o algodão Ceridó que possui maior qualidade, contudo, não obtendo êxito, passou a utilizar os tecidos mais grossos para abastecer a região circunvizinha com um preço mais competitivo. A Delmiro o autor atribui ainda a introdução da palma sem espinho no Sertão alagoano (que sem dúvida ajudou na convivência com a seca inclusive em Santana do Ipanema) e o cultivo de cereais aproveitando a água do São Francisco (contribuiu para a alimentação do sertanejo).

Segundo Carvalho (2015), a introdução dessa palma foi, junto ao melhoramento genético e à introdução de outras forrageiras, o motivo pelo qual a pecuária pôde progredir no Sertão e que possibilitou, posteriormente, o crescimento da bacia leiteira.

Nesse meio tempo a vila recebeu outra mudança de nome e sofreu elevação de categoria até se tornar cidade em 1921. Ao longo do corrente período (década de 1920), conforme traz Chagas (2012), Santana do Ipanema possuía a maior extensão de terra do estado, tendo em sua composição territórios que hoje fazem parte das cidades de Senador Rui Palmeira, Carneiros, Olho D'água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Maravilha, Poço das Trincheiras e Dois Riachos. Além de um comércio florescente que tinha todas essas regiões abarcadas.

Apesar da conjuntura nacional criada a partir da “revolução” de 1930 ter afetado também o município, através da deposição de prefeitos eleitos e sua substituição por intendentes apoiadores do governo, e ao passo que o Brasil e o mundo sofriam os efeitos da grande crise de superprodução capitalista de 1929 em diante, a região sertaneja preocupava-se também com o banditismo crescente do fenômeno conhecido como cangaço. Esse fenômeno é considerado outro determinante histórico na economia de Santana do Ipanema, pois, segundo Chagas (2012), em decorrência do crescente progresso da cidade no sertão, esta foi escolhida para sediar o 2º Batalhão de Polícia, que se tornaria a sede do comando de todas as volantes. Isso resultaria na criação de um poliedro de combate ao cangaço, formado dentre outras cidades por Santana do Ipanema.

Esse protagonismo, criado a partir da implantação do 2º batalhão na década de 1930, naturalmente resultou na atração de profissionais, como os primeiros médicos e enfermeiros, que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da cidade. Além dessa forma direta de contribuição, o batalhão ainda corroborou de forma indireta para a expansão da cidade. Segundo Melo (1976), a população sertaneja encontrava-se em situação difícil graças aos maus tratos sofridos pelos cangaceiros e pelas volantes que também utilizavam de todos os tipos de tortura para obter informações sobre os cangaceiros. Diante dessa situação, a saída encontrada pelas famílias que possuíam maiores recursos era se mudar para a cidade de Santana do Ipanema, pois lá estariam mais protegidas graças ao 2º Batalhão. Durante esse período, o problema na cidade era a ausência de moradias e escolas para suprir essa crescente demanda.

Para suprir a demanda, surgiram escolas particulares e públicas que segundo Melo (1976) chegavam a funcionar durante os três horários, além da construção de

moradias que formaram ruas. Para Agra (2010) foi durante a campanha de Lampião que a cidade recebeu vários refugiados da zona rural, chegando a formar inclusive uma rua ao ocuparem a beira de uma estrada, primeiro chamada injustamente de rua dos “coiteiros” (como eram apelidadas as pessoas que protegiam os cangaceiros), que depois foi rebatizada com o nome do Coronel Delmiro da Cruz Gouveia, que fez passar uma de suas estradas por essa rua.

Portanto, apesar da campanha do cangaceiro ter sido uma página sangrenta da história brasileira, seus efeitos para o crescimento demográfico e de infraestrutura da cidade são inegáveis. A importância da cidade no combate ao cangaço era tamanha que acabou por receber as cabeças dos cangaceiros membros do bando de Lampião após a sua morte para exibição em praça pública.

Até então, como afirma Melo (1976), as principais atividades econômicas do município eram o plantio de cereais e o criatório de animais e essas apresentavam relações insalubres de trabalho no campo. Os trabalhadores rurais, como ainda não haviam sido regulamentados, ou eram vaqueiros ou recebiam por dia de trabalho na roça, tendo, normalmente, por sua própria conta a alimentação e as ferramentas e cavalos. Moravam em casas pequenas de taipa⁸ ou de palha nas dependências da fazenda, sem pagar aluguel e sem reclamar seus direitos. As poucas leis trabalhistas existentes no período pareciam não valer para quem não fosse da capital.

Somava-se a isso as produções destinadas ao consumo familiar, como a manteiga de gado (líquida), queijo e mel silvestre. Melo (1976, p.83) afirma que: “Era rara a casa rural que não cultivasse uma colmeia no alpendre, pois o mel de abelha servia para tudo (como ‘mezinha’, alimento e outras utilidades após o purgante de óleo de rícino, etc.)”.

Melo (1976) destaca ainda que um importante instrumento introduzido no meio rural, e que ajudou no impulso da agricultura do município, foi o arado, em substituição à enxada. Isso ajudou no cultivo do milho, do feijão e do algodão. Como lembrança desse importante instrumento, o primeiro arado do município ainda está exposto no museu municipal.

O IBGE (1956) traz ainda evidências da predominância da agricultura e da produção de cereais como atividade econômica, corroborando a afirmação anterior de Melo (1976):

⁸ Casa construída com técnica que utiliza barro e galhos de madeira.

A principal atividade econômica é a agricultura. Não obstante ser um município do centro da região sertaneja alagoana, suas terras são, contudo, fertilíssimas, contribuindo para que Santana do Ipanema seja o principal centro abastecedor do Estado, principalmente no tocante à produção de cereais. Santana do Ipanema é um município onde não há latifúndio, caracterizando-se pelo grande número de pequenas propriedades. A maior parte dos estabelecimentos agropecuários está compreendida na área entre 10 e 20 hectares. O sistema de colônias agrícolas adotado pelos lavradores tem trazido bom resultado, não só quanto à produção, como, ainda, quanto à proteção das pequenas propriedades. (IBGE 1956, p.162)

Nesse contexto de redução das grandes propriedades, Carvalho (2015) diz que durante muito tempo o vaqueiro era pago predominantemente em forma de quarteação, ou seja, a cada quatro nascidos um era dada ao vaqueiro em troca dos cuidados com o estabelecimento e os animais. Contudo com a passagem da criação extensiva para a semi-intensiva, causada pelo melhoramento genético e novas técnicas de produção, como melhores forrageiras, fez essa relação acabar, passando assim o vaqueiro a ser apenas um trabalhador assalariado.

Para o IBGE (1956), o município se dividia em duas subzonas, a caatinga e a serra. Onde na primeira era predominante o cultivo do gado, e que nas épocas de chuva onde as terras ficavam mais férteis era abundante o cultivo de milho, feijão e outros cereais. No segundo, com terreno acidentado e mais húmido, é local para o desenvolvimento das culturas permanentes como café, manga, banana e outras frutas. O resultado prático dessa divisão territorial à agricultura é apresentado na Tabela 2. Ao observar o valor monetário da produção de feijão comparada às demais, pode-se identificar um maior protagonismo das culturas provenientes da primeira divisão nesse período.

TABELA 2 - PRINCIPAIS CULTURAS SANTANENSES EM 1955

Produto	Unidade	Quantidade	Valor (Cr\$ 1.000)
Feijão	Sacos de 60 Kg	91 100	65 520
Algodão	Arrôba	94 500	9 213
Milho	,	59 500	8 565
Mandioca	Tonelada	10 050	3 015
Banana	Cacho	8 100	243

Fonte: IBGE(1956)

Atrelada à produção agropecuária, Melo (1976) mostra que eram os sábados os dias de maior movimentação na cidade, graças ao comércio que a feira propiciava.

Aos sábados a cidade oferecia um espetáculo variado com a chegada dos feirantes que traziam suas mercadorias para vender. O movimento, então era intenso, com a chegada de numerosos carros de bois e negociantes, sem falarmos em pessoas outras que acorriam ao local para comprar seus gêneros alimentícios, suas chitas, suas alpercatas ou para tratar de assuntos

com as autoridades... Vendia-se de tudo: frutas (banana, coração da índia, pinha, manga, mamão, melancia), goma de parreira, galinha, perus, ovelhas, bodes, ovos, feijão, farinha, carne de mocó, aves e uma infinidade de coisas próprias do sertão. (MELO, 1976, p.81)

Melo (1976) classifica o comércio santanense como um dos mais prósperos, e elenca, entre outros aspectos que mostram sua importância e o seu intenso movimento, pode ser exposto à constante transação com a capital alagoana, Recife, Fortaleza, São Paulo, entre outras.

Ainda sobre o comércio santanense, agora na década de 1950, o IBGE (1956) classifica-o como o mais importante do Sertão alagoano quando nos referimos à produtos agrícolas nesse período, além de apresentar as principais mercadorias transacionadas.

O comércio de Santana do Ipanema é um dos mais importantes do interior do Estado. Como exportador de cereais e de outros produtos agrícolas é o mais importante de toda a zona sertaneja. O movimento de exportação gira principalmente em torno do algodão, feijão e milho, e é feito com as praças do Recife, de Maceió e vários centros do interior de Sergipe. Exporta algodão beneficiado para Estância (SE), Pilar (AL). Exporta algodão em caroço para Viçosa (AL) e Arcoverde (PE), feijão para o Recife e Maceió, milho para as cidades da zona sertaneja de Alagoas e da Paraíba, mamona, couros e peles para Viçosa e para outras cidades do interior de Alagoas. (IBGE, 1956, p.163).

Tem-se então que Santana do Ipanema é o principal centro abastecedor do estado, com pequenas propriedades, e com principal atividade econômica localizada na agropecuária. Contudo, é importante atentar para a força do comércio, ou seja, do terceiro setor do município. Esse também se destacava dos demais circunvizinhos, facilitando o escoamento da produção e atraindo produtores e compradores de toda a região.

O algodão também foi uma das principais produções do município. Mas Carvalho (2015 p. 210) alerta que ele já era conhecido no Nordeste há muito tempo: “Os indígenas alagoanos dominavam a produção dessa planta, mesmo antes do descobrimento do Brasil e, com ela, fabricavam redes, cordas e panos para vestimentas”.

Para o mesmo autor, o algodão foi trazido para o Sertão graças a sua resistência à seca, podia ser plantado em consórcio com feijão, mandioca, milho e fava. E no fim do século XVIII e início do XIX teve um crescimento graças a independência dos Estados Unidos, à revolução do Haiti e à guerra da secessão, que desorganizaram o comércio do algodão a favor do Brasil. Já no fim do século XIX e início do século XX

o algodão perde força nas exportações, mas ganhou no mercado interno com a indústria têxtil nacional implantada no sudeste do país.

Em Alagoas, como mostra Carvalho (2015), fortaleceu a pequena propriedade do campo nas áreas do Agreste e Sertão e também possibilitou uma produção barata e próxima à indústria têxtil. Já especificamente no interior:

O plantio algodoeiro permitiu o surgimento, ao lado da consolidada pecuária associada ao roçado, da produção em larga escala para a exportação, favorecendo assim o adensamento populacional do agreste e sertão. Vários municípios sertanejos e agrestinos com plantação expressiva em algodão, como Santana do Ipanema, Pão de Açúcar, Palmeira dos Índios, tiveram percursos semelhantes no aproveitamento dessa produção” (CARVALHO 2015, p.215)

Lessa (2011) concorda que a cana de açúcar perdeu espaço durante o ciclo do algodão, que deslocou boa parte do poder econômico e político para o Sertão e Agreste. Contudo, ressalta uma particularidade quanto ao processo ocorrido em Alagoas, quando afirma que este aconteceu com menor radicalidade que em outras províncias. Para ele, o menor peso das regiões do Sertão e do Agreste, em comparação, por exemplo, com as mesmas regiões em Pernambuco e na Paraíba, foi um fator determinante para que as oligarquias canavieiras sobrevivessem e detivessem o domínio político e cultural mesmo nos momentos de dificuldade da cana-de-açúcar.

Carvalho (2015) segue explicando que o algodão é marcado por períodos de crescimento, como visto anteriormente, e decréscimo de sua popularidade. Também ressalta que o período áureo dessa cultura no estado de Alagoas foi o que compreende desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, superando, em volume vendido, muitas vezes o açúcar. Contudo, após o segundo “boom” do algodão, as exportações foram reduzidas e o mercado interno, principalmente para as indústrias têxteis do sudeste brasileiro.

Agra (2010, p.127) afirma que antes das indústrias se instalarem na região, em Santana do Ipanema o algodão era beneficiado através de uma máquina chamada de bolandeira (desencaroçadeira movida a tração animal). O caroço era usado para alimentar o gado e as plumas seguiam via carro de boi para Pão de Açúcar, partindo normalmente às quintas-feiras e chegando em seu destino aos sábados. Na feira de lá, tinham contato com diversas mercadorias que traziam em seu retorno (que acontecia geralmente às quartas-feiras) fazendo surgir uma outra feira nesse dia separada da que acontecia aos sábados.

Em 1920, de acordo com Carvalho (2015) a praga da lagarta rosada atingiu as lavouras alagoanas, fazendo com que o governo adotasse algumas estratégias para tentar superar essa crise. Foram criadas as “Fazendas de sementes”, das quais, uma estava localizada em Santana do Ipanema. Essas fazendas se destinavam ao melhoramento do padrão do produto, através da introdução de novas variedades e importação de prensas e máquinas descaroçadoras, por exemplo.

Vencida essa barreira, a produção foi retomada, contudo o declínio da economia algodoeira se iniciaria logo depois. Sobre o cenário dessa produção até então, o autor explica que:

Nas décadas de sua formação e estabilidade, entre 1890 e 1930, as fábricas alagoanas e nordestinas trabalhavam com a vantagem de sua localização, distante das concorrentes de outros centros, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo. As barreiras alfandegárias desse período dificultavam a entrada de mercadorias estrangeiras similares, poupando as empresas locais da concorrência internacional; o algodão era a matéria-prima próxima da fábrica, e a produção têxtil atendia a demanda local da população pobre e das indústrias que utilizavam panos para ensacamento. Mesmo com tecnologia obsoleta e produtos de pouca qualidade, essas unidades sobreviveram (CARVALHO 2015, p.221)

Esse cenário se alterou, segundo Carvalho (2015), a partir do momento em que os produtores paulistas de café vislumbraram no algodão a saída para sua crise, isso fechava também as portas do mercado interno para o Nordeste. Seu fôlego não foi retirado totalmente graças a dois acontecimentos conjunturais da época, a política nacional de substituição de importações (que continha as importações de produtos similares) e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), que possibilitava as exportações graças a retirada dos concorrentes do mercado.

Contudo, ainda segundo Carvalho (2015), a abertura e a ampliação das estradas que ligavam o Nordeste ao Sudeste na década de 1950, aliados ao melhoramento dos transportes marítimos, estimularam a concorrência entre essas regiões. Soma-se a isso o surgimento da “praga do bicudo” nas lavouras, que acabou de vez com a produção que se encontrava estagnada.

Mesmo assim, segundo Melo (1976), Santana do Ipanema ainda contava em 1976, com duas indústrias algodoeiras, destinadas ao beneficiamento do mesmo. Araújo (2010) conta de forma resumida como a trajetória econômica do algodão se deu em Santana do Ipanema:

O algodão caiu no caminho dos anos 70. Em 47 veio aqui a Lajense, firma algodoeira de Carlos Lyra; instalando o beneficiamento de algodão. Em 51, meu sogro, Domicio Silva, comprou a Lajense, e estava de vento em popa. O mesmo aconteceu com o irmão, Arnóbio Silva, pois só ficaram os dois,

quando apareceu o bicudo, nos anos 70, diminuindo drasticamente a produção e passando um bom tempo sem algodão. Posteriormente, o algodão vinha da Bahia, Irecê, especialmente na década de 80. (ARAÚJO 2010, p.344)

Foi preciso importar algodão para continuar produzindo. Posteriormente, completa Araújo (2010 p. 345), “quando o algodão saiu de cena, a pecuária salvou a região, passou-se a valorizar o leite. O feijão e o milho também contribuíram para que não houvesse o caos. ”

Junto a essa produção agropecuária, pode-se observar que a maioria da população residia na zona rural, isso é o que nos diz o IBGE (1959) quando nos conta que Santana do Ipanema já chegou a ser o terceiro município mais populoso do estado com 61. 235 habitantes, perdendo apenas para Maceió e Palmeira dos Índios no ano de 1950. Também aponta que nesse período 91% dessa população estava localizada no quadro rural.

De lá para cá, segundo Araújo (2010, p. 343), o comércio se desenvolveu bastante também por que “daqui foram desmembrados nove municípios e sete deles concentraram o movimento em Santana”, o que elevou o volume de mercadorias comercializadas, pois o município passou a ter grande importância ao ser cercado de outros com menos representatividade econômica.

Sendo uma cidade situada na região sertaneja, seu progresso, contudo, também está intimamente ligado às intempéries climática da localidade. Na década de 70, enquanto o mundo estava à beira da crise internacional do petróleo, a cidade sertaneja foi devastada pela famosa seca de 70. Melo (1976) afirma que ocorreu uma terrível crise econômica e social e completa afirmando que:

O quadro, realmente, era desolador: fome, sede, doenças dizimaram rebanhos de gado vacum; a população rural sofrera muito com esse estado de coisas, não podendo pagar os impostos municipais e, bem assim, a indústria e o comércio com tudo paralisado. A cidade se encheria de mendigos e a SUDENE, em colaboração com as autoridades, forneceram água em seus caminhões para o povo, em diferentes lugares, rodando noite e dia sem parar. (MELO, 1976, p.73)

A criação da bandeira e do brasão da cidade na mesma década (1970) expõe as principais características da economia santanense. Constituídos, entre outras coisas de cactos, algodão, feijão e milho, demonstram a importância da agropecuária no município. O feijão já chegou a ter uma festa dedicada a ele na cidade e segundo Melo (1976), o município era líder da produção no estado, sendo esse o terceiro produto mais importante economicamente falando, perdendo apenas para o açúcar e

para o fumo. Outros fatos notórios são as serras ao fundo, que segundo a visão de Agra (2010), apresentada anteriormente, foi um fator decisivo para o progresso da região, além do rio que dá nome à cidade.

4. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS SANTANENSES

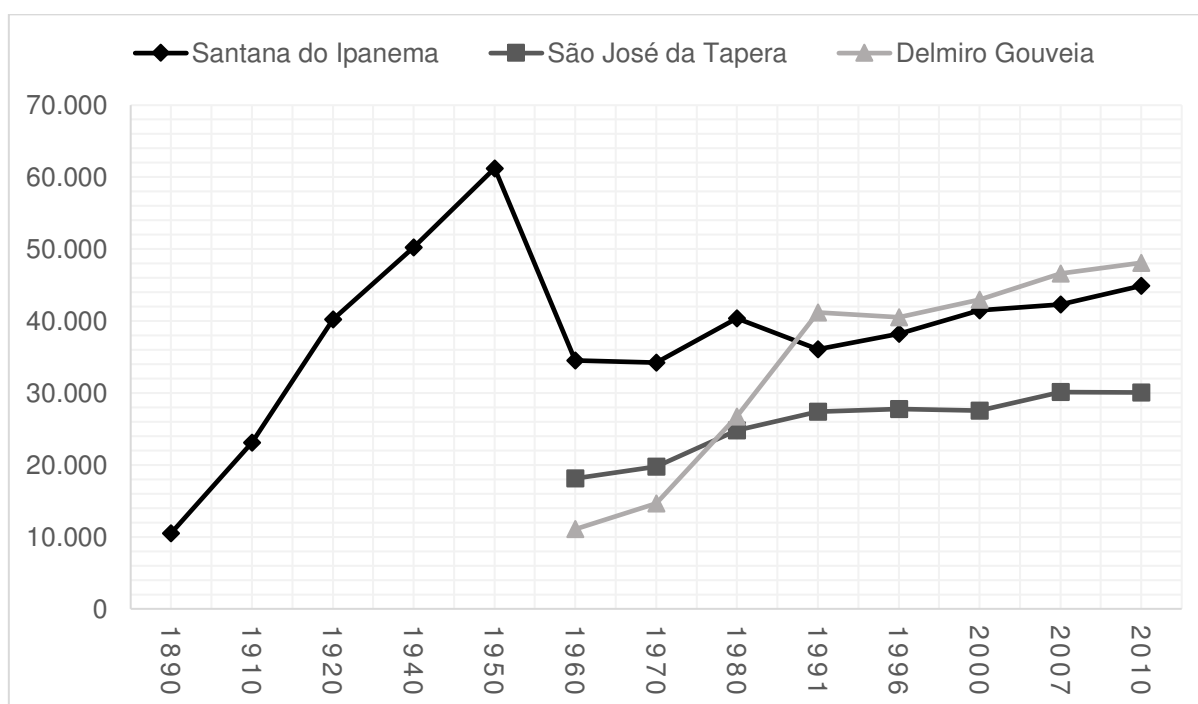
Essa seção será destinada à análise dos aspectos sociais e econômicos do município adotando uma abordagem com maior carga de indicadores e números. Conforme explicado no procedimento metodológico, o período das observações variará de acordo com a disponibilidade dos mesmos.

4.1. Variação e Composição Populacional

A população residente em um território pode trazer muitas informações sobre a localidade. Ao observar a trajetória da evolução populacional de Santana do Ipanema apresentada no Gráfico 1, nos deparamos com acentuadas variações positivas e negativas.

Esses números foram contrastados com os dois municípios da região do Sertão alagoano com populações mais próximas de acordo com o censo demográfico de 2010. Sendo Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e São José da Tapera os três municípios sertanejos com maior população respectivamente.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO SERTÃO ALAGOANO



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

A primeira coisa que se pode notar nessa evolução são as acentuadas variações positivas e negativas que Santana apresenta, sobretudo antes da década de 60.

Essas variações podem ser explicadas, em grande parte, pela variação do seu território, e com a emancipação política de seus antigos distritos.

Entre 1890 e 1950 o município apresentou um crescimento muito elevado, da ordem de 481,8% em sua população, bem próxima à taxa de crescimento para o país, que foi de aproximadamente 423% segundo os dados contidos no censo demográfico desse período. Como parte importante da explicação dessa explosão demográfica, os acontecimentos locais podem ter exercido um importante papel, como foi visto no capítulo anterior, diversas famílias migravam para o município, que era considerado um polo regional, em busca de melhor qualidade de vida, fugindo das mazelas sociais da época ou, posteriormente, do cangaço.

Depois disso, ocorreu uma acentuada queda entre as análises de 1950 e 1960. Pode-se atribuir essa redução repentina predominantemente ao movimento de emancipação política das regiões que compunham os distritos do município nessa década. Exemplos disso são os municípios de Olho D'água das Flores (1953); Maravilha (1960); Poço das Trincheiras (1959), Olivença (1959) e Dois Riachos (1960). Movimento que seguiu, embora em menor escala, na década seguinte: Ouro Branco (1962) e Carneiros (1962).

Embora não tenham se originado da divisão territorial de Santana, é interessante notar que os municípios de Delmiro Gouveia e São José da Tapera aparecem pela primeira vez justamente no momento em que a Santana tem uma queda em sua população. Esse movimento, portanto, parece estar em consonância com o que aconteceu também em outros municípios do Estado

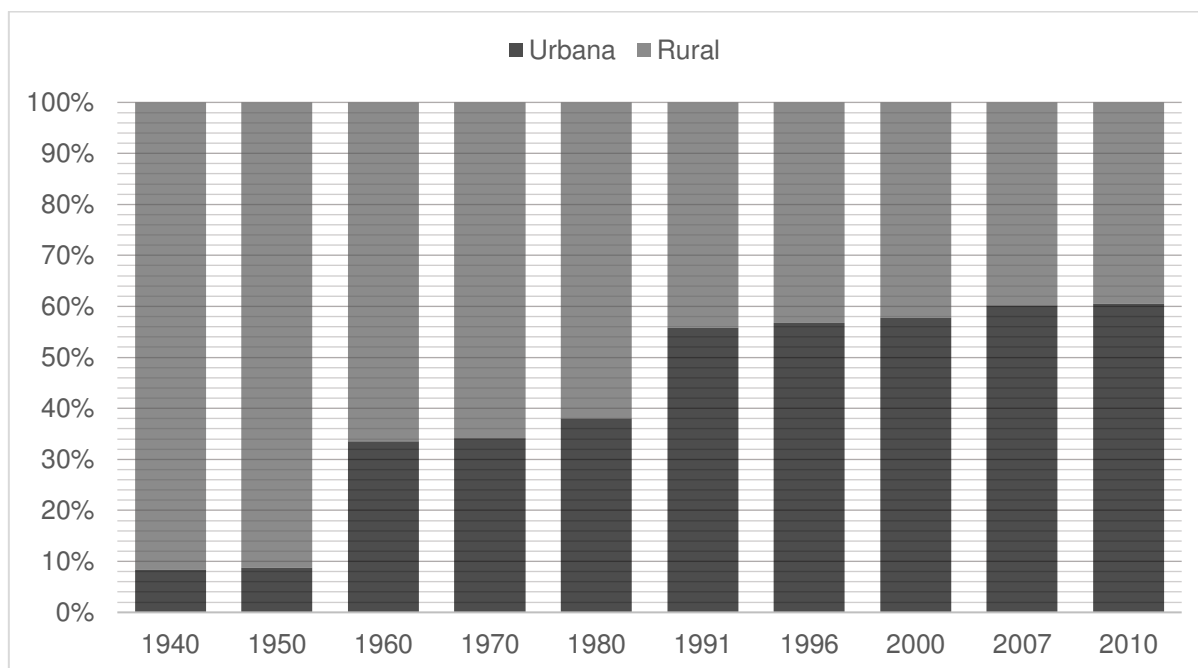
Na década de 1970, embora pareça contraditório, a longa estiagem que devastou a região não refletiu negativamente no quantitativo de residentes do município. Uma explicação plausível para isto é que apesar dos retirantes que procuravam melhoria nos estados ao sul do país, outros indivíduos vindos de locais mais isolados nas redondezas migraram para Santana do Ipanema.

Outro movimento de emancipação, Senador Rui Palmeira, ocorrido em 1982, atrelado ao retorno de algumas famílias aos seus locais de origem graças ao fim da calamidade da seca da década de 70, pode ser a explicação para uma nova queda nessa população.

A partir da década de 1990 a população do município apresenta taxas mais estáveis e sem grandes variações repentinas; apesar de ter apresentado crescimento, continuou variando apenas a magnitude dessa taxa.

Outro importante aspecto que se deve levar em consideração durante a análise da população é sua composição com relação à urbanização. Essa é apresentada no Gráfico 2.

GRÁFICO 2-TAXA DE URBANIZAÇÃO DE SANTANA DO IPANEMA

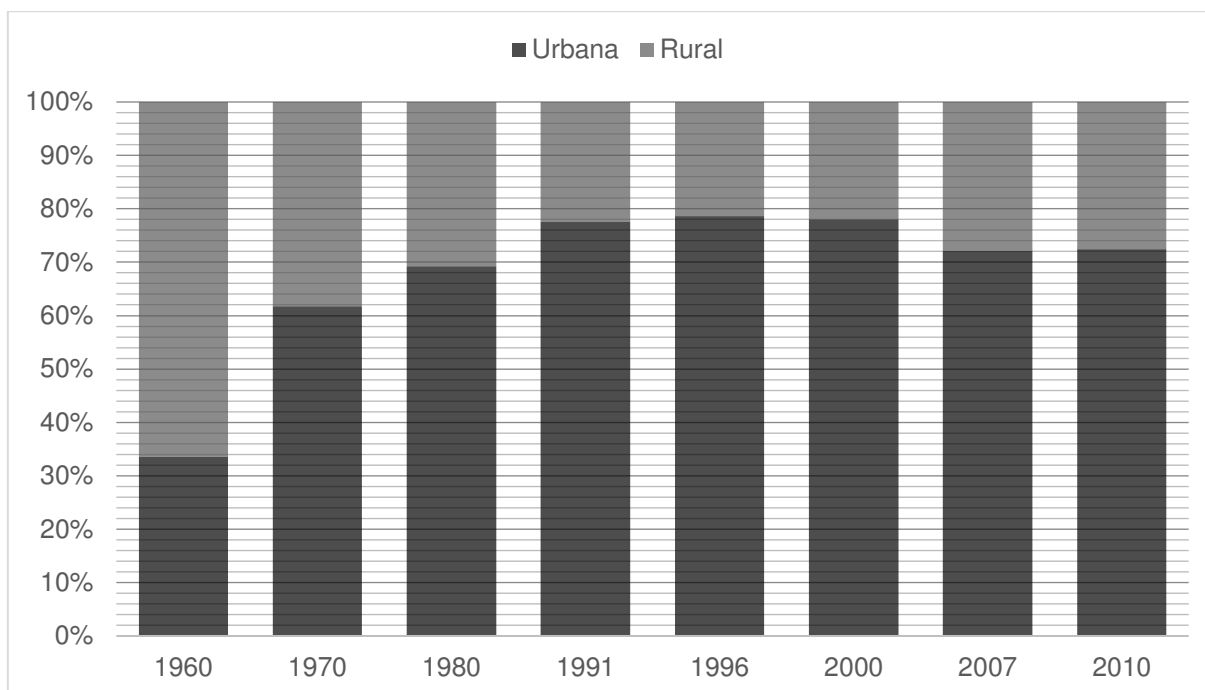


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

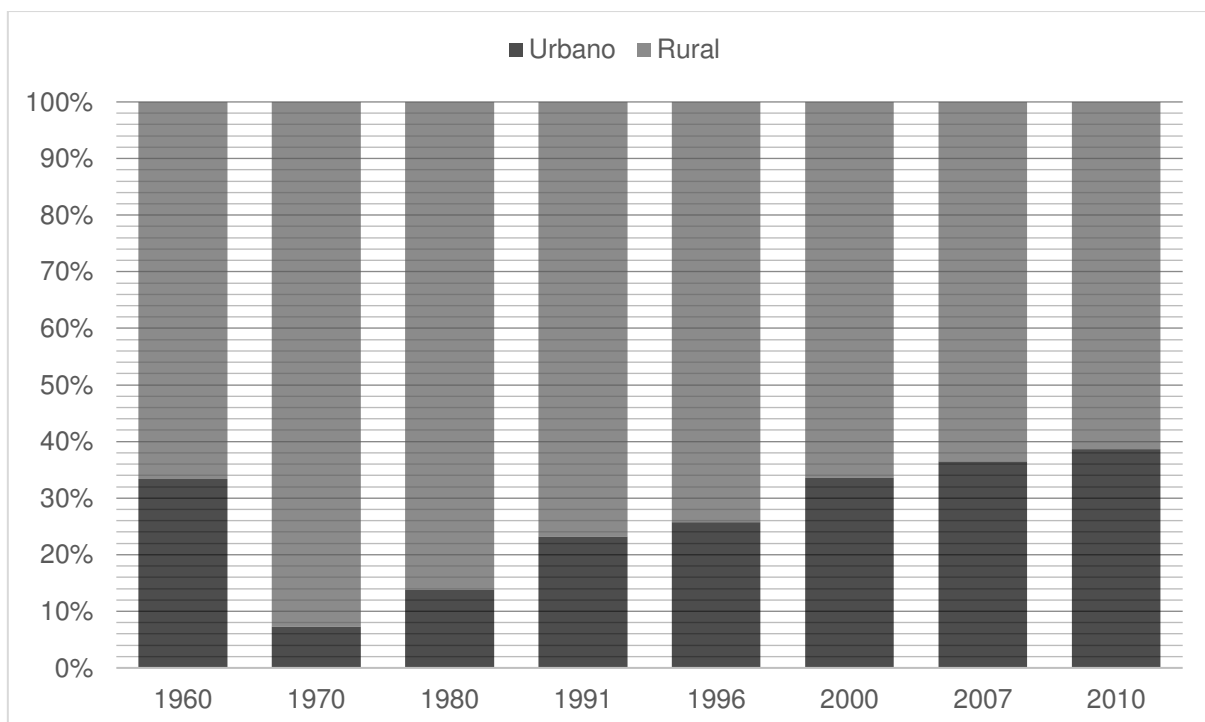
É possível observar como gradativamente a porcentagem de pessoas vivendo no meio rural vai diminuindo e a população se torna cada vez mais urbana. Pode-se, de forma particular, a partir dos dados apresentados, dividir a urbanização de Santana do Ipanema em 3 etapas. A primeira delas de 1940 e 1950, a segunda de 1960 a 1980, e a terceira de 1991 a 2010.

Dentro de cada etapa a taxa de urbanização aumenta muito pouco, já quando observamos as mudanças de uma etapa para outra percebemos que a taxa de urbanização aumentou subitamente. Na primeira fase, podemos observar que a taxa de urbanização não chega a 10% da população residente; já na segunda etapa temos um intervalo entre 33,5% e 38%. E na terceira temos um intervalo entre 55,8% e 60,5%. Isso fica evidente ao observarmos o gráfico 2.

Salvo a particularidade da presença dessas fases, o processo de urbanização foi fenômeno que se repetiu em boa parte do Brasil ao longo dos anos e que foi observado também nas cidades de Delmiro Gouveia e São José da Tapera, bem como em todo o estado de Alagoas, como mostram os gráficos 3, 4 e 5 a seguir.

GRÁFICO 3-TAXA DE URBANIZAÇÃO EM DELMIRO GOUVEIA

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

GRÁFICO 4-TAXA DE URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

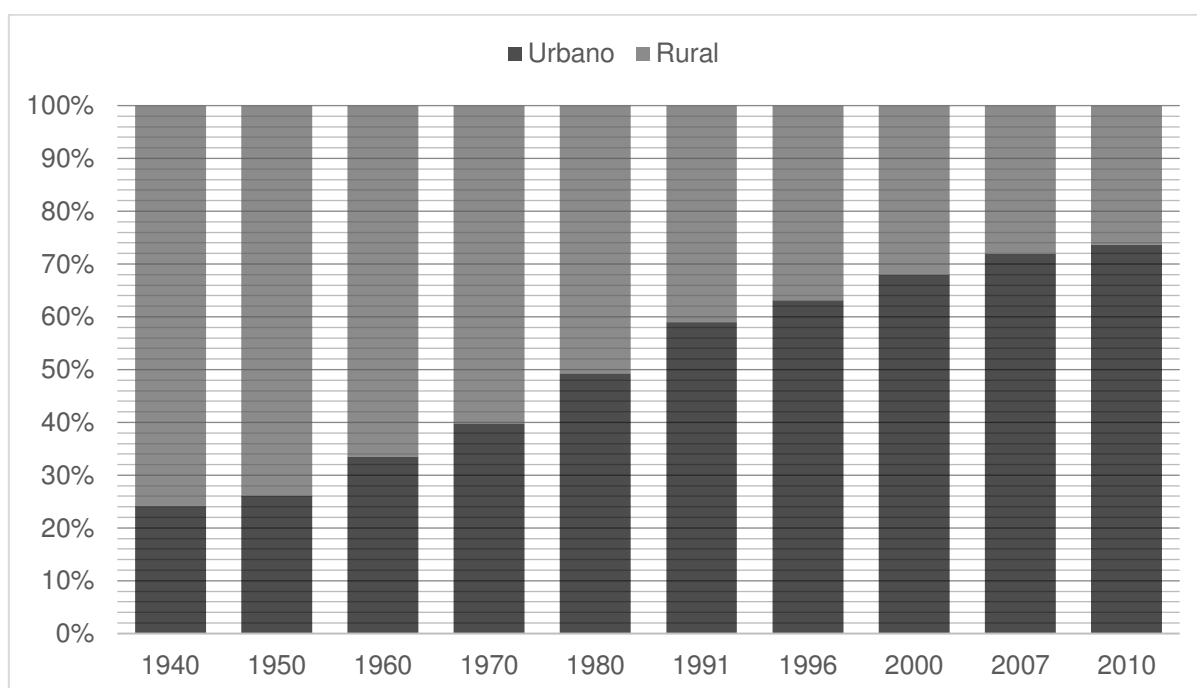
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

No caso de Delmiro Gouveia, Gráfico 3, houve uma pequena retomada da proporção da população que vive no campo a partir de 1996 (único ano em que ocorre uma redução na quantidade de pessoal vivendo na zona rural). Apesar dessa

diminuição em termos proporcionais da população urbana, é importante notar também que a população de forma absoluta dessa faixa da população apenas cresceu.

Já em São José da Tapera, Gráfico 4, se observarmos a série começando de 1970, essa seguiria a ordem esperada de urbanização, contudo para a observação de 1960, a taxa de urbanização estava próxima da de 2010, fenômeno não encontrado nos outros municípios ou no estado de Alagoas como um todo, conforme apresenta o Gráfico 5.

GRÁFICO 5-TAXA DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

Aqui é possível observar como a taxa de urbanização do estado tem crescido gradativamente de 1940 até 2010. Dos municípios analisados, a trajetória apresentada por Santana do Ipanema é a que mostrou um comportamento mais semelhante, uma vez que não houve recuos nessa taxa.

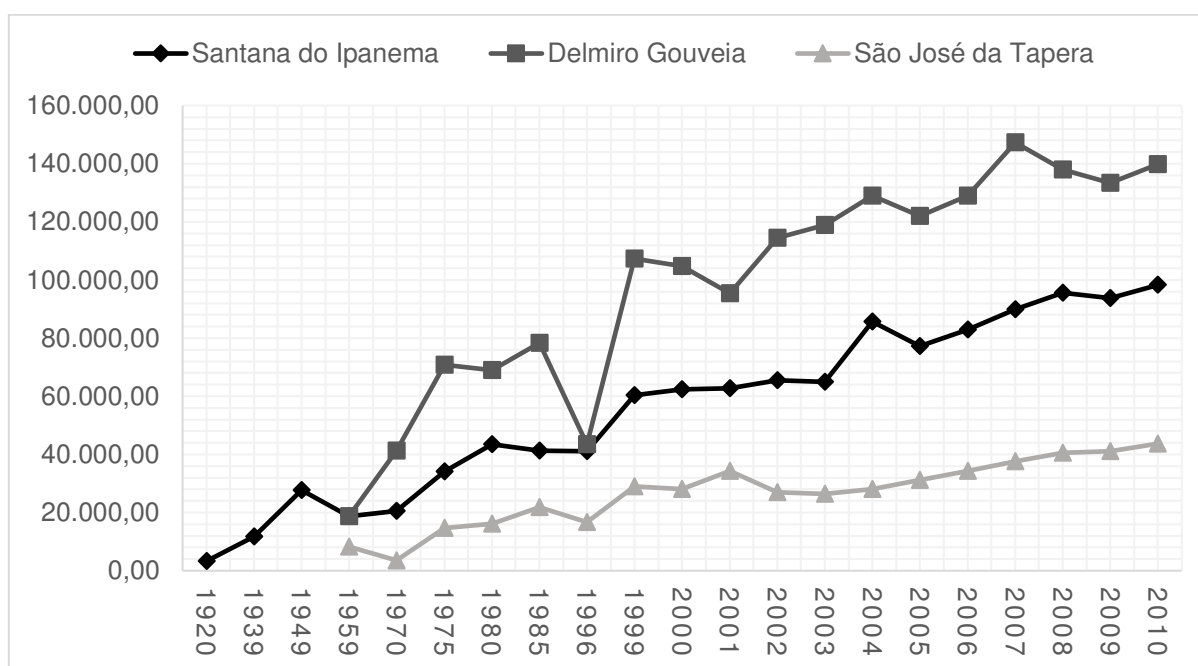
4.2. Indicadores Econômicos

Aqui serão apresentados os principais indicadores econômicos de Santana do Ipanema, buscando sempre comparar com os municípios selecionados e quando possível com o estado de Alagoas.

4.2.1. PIB e Sua Composição

Ao observarmos o PIB de Santana do Ipanema, podemos notar alguns aspectos importantes. O Gráfico 6 traz a evolução do PIB dos principais municípios da região sertaneja de 1920 até 2010. Os municípios de Delmiro Gouveia e São José da Tapera apresentaram valores referentes aos períodos a partir de 1959. No caso de Santana do Ipanema, como é um município mais antigo, foi possível coletar dados a partir de 1920.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PIB POR MUNICÍPIO (R\$ DE 2000)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

Nota: Os valores são representados em milhares.

Considerando as informações apresentadas no gráfico 6, é possível notar que o PIB de Santana do Ipanema apresentava um bom crescimento de 1920 até 1949, após isso ocorre forte declínio quando observamos os resultados de 1959. Assim como para a queda da população, e também por essa queda, o motivo pode estar na separação de alguns de seus territórios para se tornarem independentes.

Após isso, surgiram os dados de alguns municípios como os comparados. São José da Tapera, como esperado, aparece com um PIB inferior à sua ex-sede. Contudo, Delmiro Gouveia, como já demonstrado ao longo do capítulo anterior, era uma cidade que se destacava na região, e logo no período posterior a sua emancipação já contava com um PIB um pouco maior que Santana do Ipanema. E com uma composição próxima dos 70% formada pelo valor adicionado dos serviços,

enquanto que em Santana predominava a agropecuária. As informações sobre a composição da produção de cada economia são apresentadas nos gráficos 7, 8 e 9 para facilitar o entendimento sobre a trajetória do PIB.

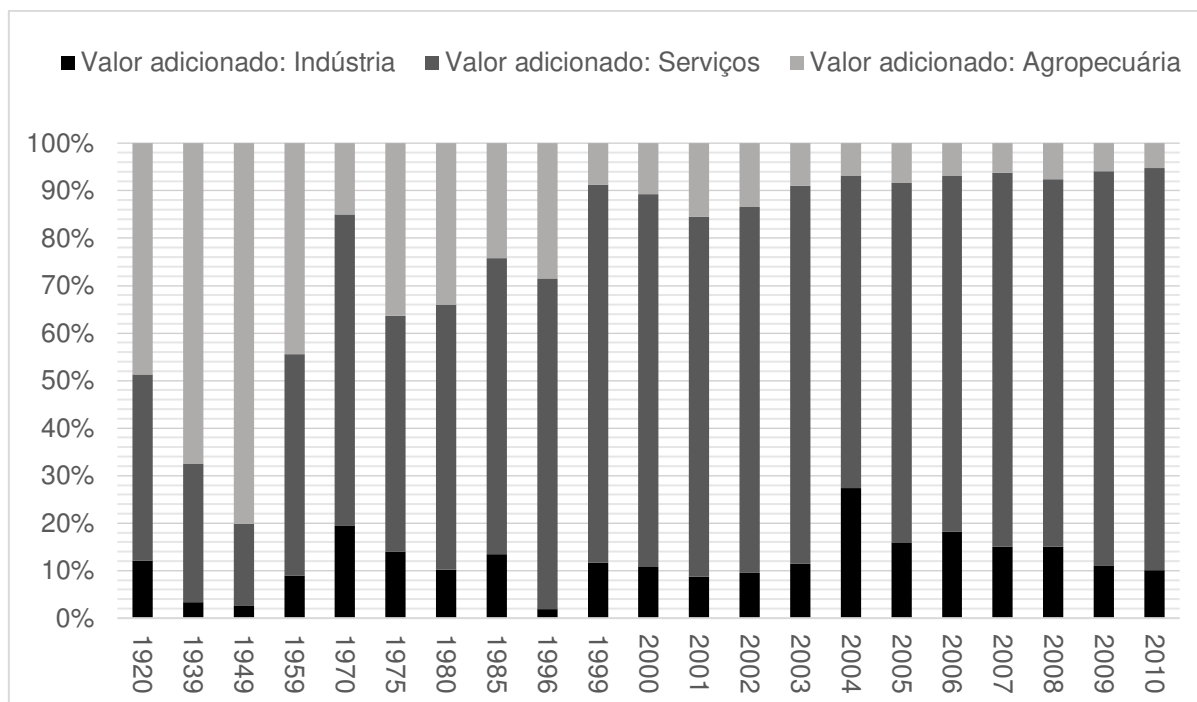
Um período de crescimento ocorre até 1980, nas outras duas cidades analisadas até 1985. Nesse período Delmiro Gouveia dispara como principal economia do sertão, provavelmente graças à indústria presente no local. Em 1996, houve uma queda no PIB dos 3 municípios devido a uma crise na indústria local. Isso fica evidente ao observarmos principalmente a trajetória de Delmiro Gouveia, município em que a participação desse setor era mais forte. Em Santana do Ipanema isso não aparece tão fortemente, graças ao crescimento dos setores agropecuário e serviços nesse período.

Retomado o crescimento econômico, Santana apresenta uma trajetória com comportamento mais constante de crescimento. Podemos observar que em 2001 as duas economias comparadas sofrem algumas turbulências, Delmiro pelo mal desempenho da indústria e Tapera pelo bom desempenho da agropecuária. Santana só vem passar por uma significativa mudança em sua taxa de crescimento em 2004, ano que a indústria teve seu melhor desempenho até o fim do período analisado.

Passado esse fenômeno da indústria para 2004, e com a contração do valor adicionado à indústria, o PIB de Santana retroage e apresenta um crescimento mais sólido. Apenas em 2007 foi possível que o PIB alcançasse valores próximos do que foi o fenômeno de 2004, contudo, pouco tempo depois, ao passo que a economia mundial sofria com a crise internacional que iniciou em 2008, em 2009 a economia santanense apresentou reduções nos setores industriais e agropecuário. Outras economias apresentaram reduções em outros setores como a de Delmiro que sofreu principalmente redução na indústria nos serviços, ou Tapera que reduziu o valor adicionado da agropecuária, mas apresentou crescimento nas demais, e por isso não sofreu redução do produto no período corrente.

Como um dos componentes do objetivo desse trabalho é debater a composição da riqueza é necessário também observar a composição da riqueza apresentada no gráfico 7, que ilustra a evolução da participação de cada setor na economia santanense de 1920 a 2010. Nele aparecem as características descritas acima para investigar as origens das principais variações do PIB.

GRÁFICO 7- CONTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADA DE CADA SETOR PARA O PIB EM SANTANA DO IPANEMA



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

É importante destacar que variações nas barras não significam necessariamente uma redução do seu valor de forma absoluta, mas sim uma redução na participação total que pode ser causada tanto pela diminuição do seu valor quanto pela elevação em maior proporção de um outro setor da economia⁹.

Durante as primeiras observações feitas nessa composição, o que é possível notar é que grande parte da composição da riqueza no município era composta pelo valor agregado da agropecuária (barras mais claras), essa representou em 1920 cerca de 48,7% de tudo o que foi produzido na localidade. Assim como visto no capítulo 3 desse trabalho monográfico, a agropecuária sempre apresentou bastante peso na composição dessa riqueza, o que torna o resultado apresentado dentro do esperado

Essa predominância foi se tornando gradativamente maior até chegar em seu auge no ano de 1949, onde cerca de 80% do produto tinha como base o setor agropecuário. Como consequência do crescimento desse setor, os demais diminuíram sua participação, contudo, mantendo o ordenamento apresentado desde o início da

⁹ Para maiores esclarecimentos sobre a trajetória dos valores apresentados pelos setores de cada município ver Apêndice A

série, em que o setor da agropecuária representa a maior parte, seguida pelos setores de serviços e indústria, respectivamente.

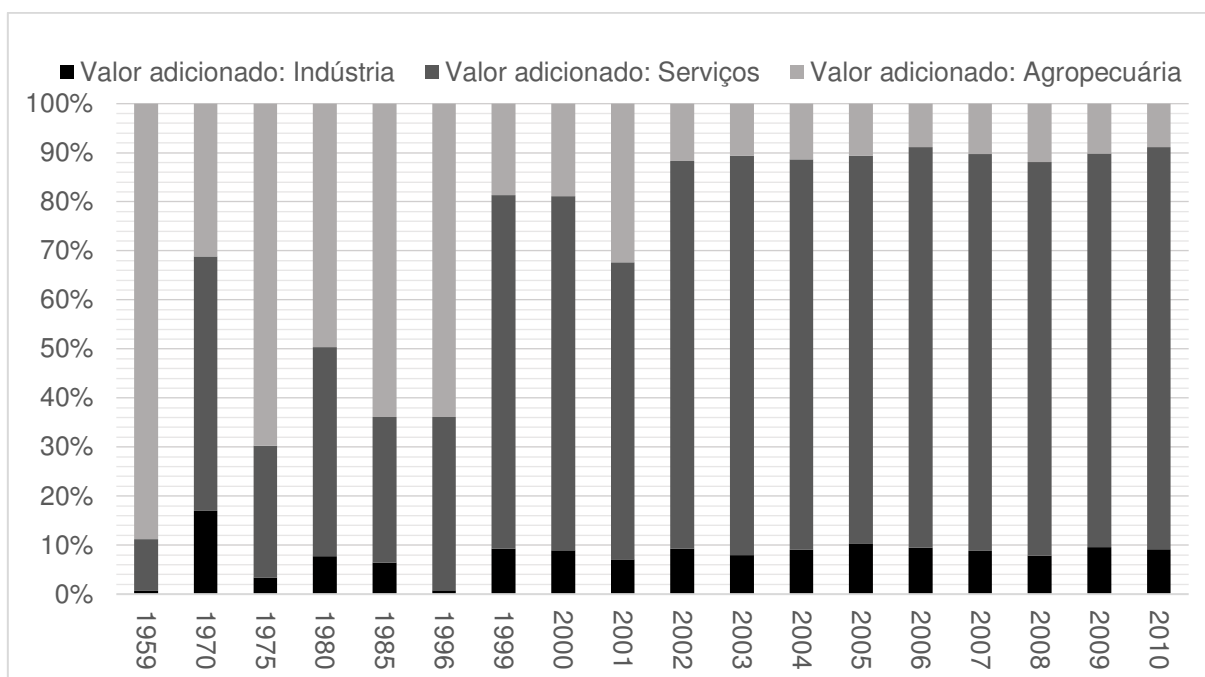
No período posterior, 1959, o ordenamento dessa predominância mudou. O valor absoluto da agropecuária diminuiu ao passo que a dos serviços crescia, isso fez com que a participação dos setores se tornassem mais próximas até que o valor adicionado pelo setor de serviços (46,6%) ultrapassou o agropecuário (44,4%). De lá para cá a distância entre esses dois setores apenas aumentou, com especial ênfase para o período de 1970, em que os serviços alcançaram quase 65,5% do produto, taxa que só seria superada em 1996.

Quanto à terceira força da economia santanense, a indústria, essa apresentou seu melhor resultado quanto à participação no produto (mas não de forma absoluta) justamente em 1970. Vale lembrar que em 1970 Santana do Ipanema passava por uma de suas piores estiagens, conforme já discutido no capítulo 3, isso pode ter contribuído para a redução do valor, e conseqüentemente da proporção no total, do setor agropecuário.

De forma absoluta, o melhor resultado para a indústria foi no ano de 2004. Mesmo a economia santanense apresentando crescimento em todas as outras áreas, essa ainda conseguiu obter a maior variação, variando cerca de 16% a sua participação no total. Já para os serviços, o melhor resultado do setor, tanto de forma absoluta quanto na proporção, foi registrado na última observação, 2010, em que esse setor representou 84,71% da riqueza santanense.

Salvas as particularidades de cada caso, pode-se dizer que esse movimento que fez o setor de serviços apresentar-se como progressivamente promissor foi apresentado também nas outras duas economias estudadas, como é possível observar nos gráficos 8 e 9 a seguir.

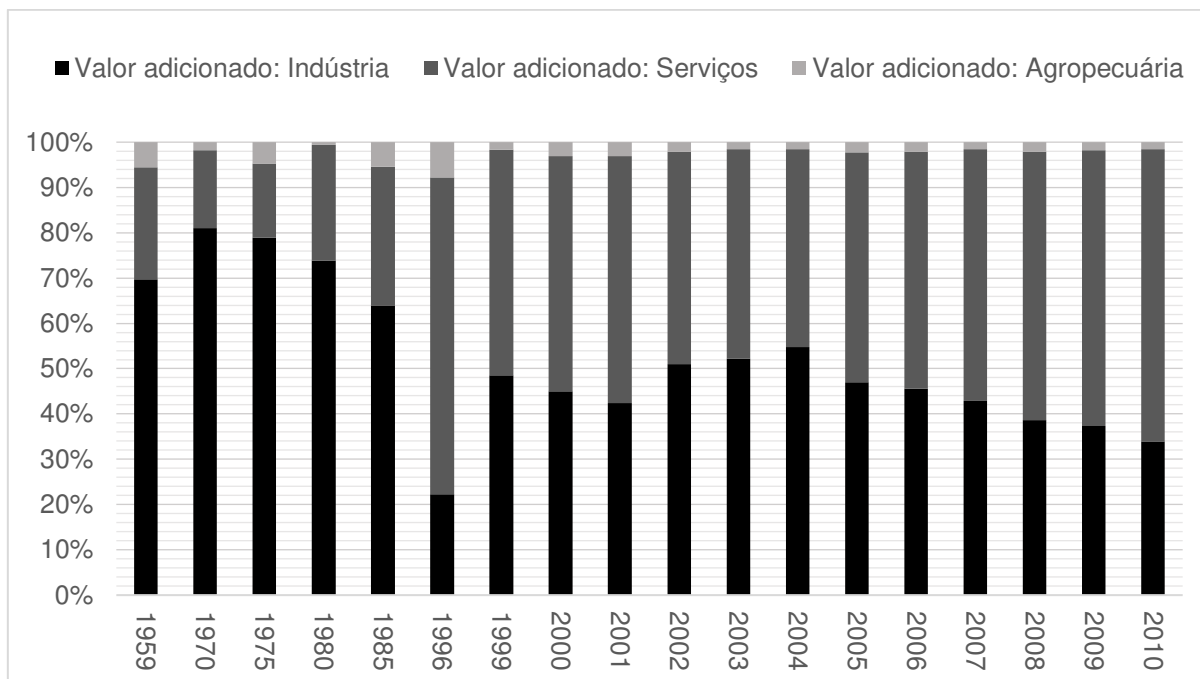
GRÁFICO 8 - CONTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADA DE CADA SETOR PARA O PIB EM SÃO JOSÉ DA TAPERA



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

Aqui pode-se observar de forma semelhante a Santana do Ipanema que o setor predominante era o agropecuário, posição que foi gradativamente tomada pelos serviços. É possível observar também que esse processo aconteceu de forma retardada em relação a Santana, pois enquanto em 1959 esta já apresenta uma composição predominantemente de serviços, São José da Tapera se apoiava na agropecuária com quase 88,8% da participação no total. E que o cenário mudou a partir de 1970, tanto pela diminuição do valor absoluto da agropecuária quanto pelo aumento dos outros.

GRÁFICO 9 - CONTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADA DE CADA SETOR PARA O PIB EM DELMIRO GOUVEIA



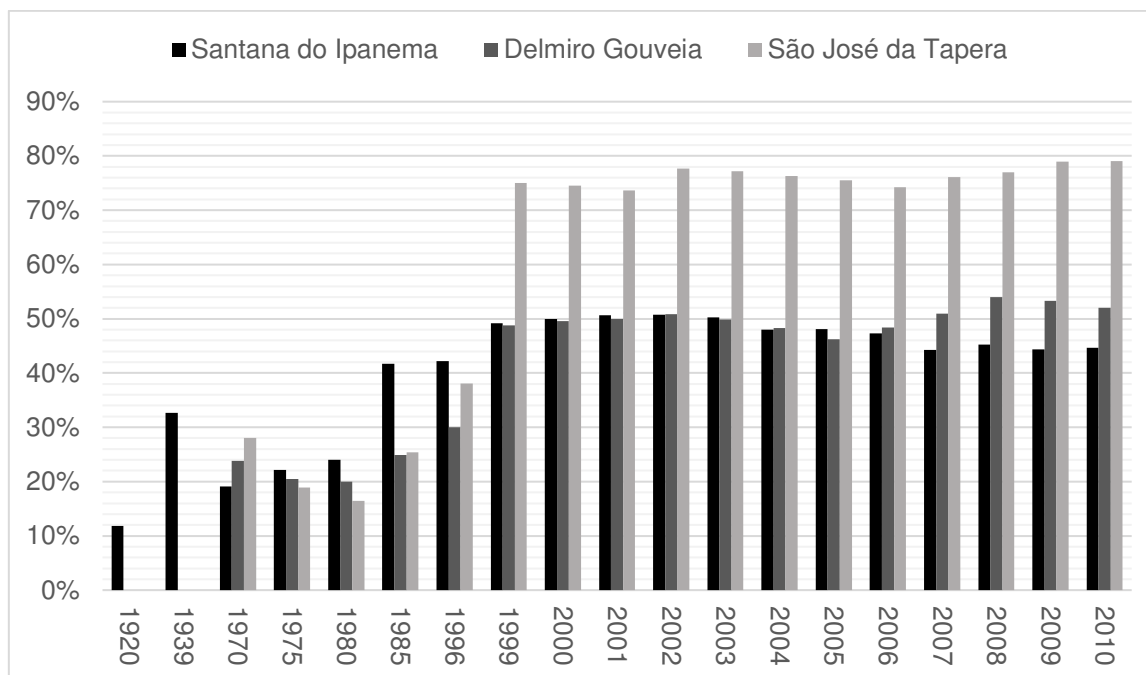
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

O caso de Delmiro Gouveia é mais singular devido a sua própria história e tradição com relação à indústria, conforme ilustrado no Gráfico 9 acima. O que é apresentado no primeiro cenário é a notória predominância da indústria, seguida já pelos serviços e pela agropecuária. Isso significa exatamente o posto do que foi observado até aqui nos municípios anteriores.

O auge do setor de serviços quanto à taxa de participação foi o ano de 1970, onde a agropecuária recuou, assim como na análise dos demais municípios, e a indústria cresceu. Esse protagonismo foi diminuindo, passando por uma crise em 1996 conforme já explicado anteriormente, até se tornar secundário, perdendo espaço também para os serviços.

Visto que dos municípios analisados todos contam na última análise com uma predominância do setor de serviços em sua economia, é importante conhecer o componente que tem maior peso dentro desse setor. Trata-se da administração pública. O Gráfico 10 apresenta a fração ocupada pela administração pública dentro do setor de serviços.

GRÁFICO 10 - PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO VALOR ADICIONADO DOS SERVIÇOS.



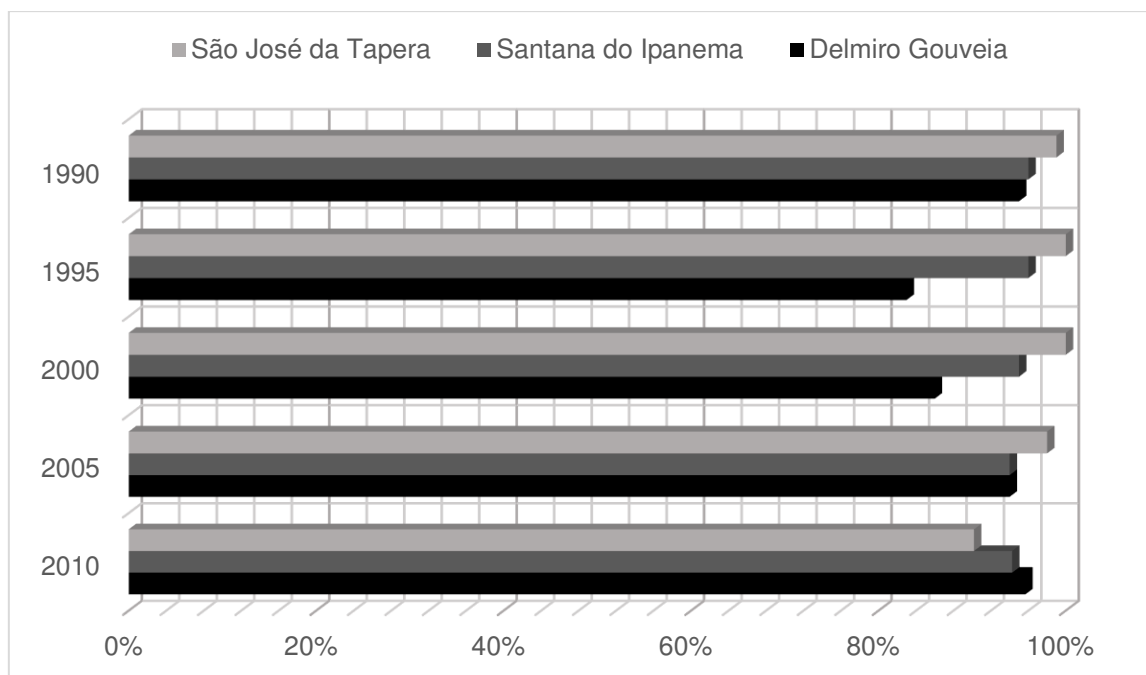
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017)

O que se pode ver é que a administração pública cresceu sua representação dentro do referido setor nos três municípios. O caso mais alarmante é o de São José da Tapera, que durante a última década analisada apresentou um gigantesco crescimento dessa proporção, chegando em 2010 a 79% desse setor.

Com relação a Santana, essa apresentou valores que, com poucas exceções (2001 e 2002, que apresentaram 51%), mantiveram-se com 50% ou menos da participação da administração pública no valor adicionado dos serviços. Entre Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia houve alguma alternância entre quem teria a maior taxa, contudo, nas últimas observações Delmiro se distanciou e apresentou 7% de diferença com relação a Santana, chegando a 52% nesse período, contudo, esse não foi o período de maior participação, mas sim 2008 (54%).

4.2.2. Finanças Públicas e Dependência Municipal

No que se refere a finanças públicas, mais que observar a compatibilidade entre receitas e despesas, é importante conhecer a origem dessas. O Gráfico 11 apresenta o grau de dependência das receitas correntes dos municípios selecionados de 1990 a 2010.

GRÁFICO 11 - GRAU DE DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados FINBRA (2017)

É interessante notar o elevado nível de dependência que as receitas correntes têm das transferências correntes. Isso significa que a principal fonte de receita, e assim de custeio, desses municípios são justamente essas transferências.

O ordenamento dessa dependência entre os municípios analisados é constante até o ano de 2005, até que há uma inversão da ordem e o município com menor dependência (Delmiro Gouveia) passa a ocupar o topo da lista, e o município que ocupava esse lugar (São José da Tapera) caiu para a última posição, obtendo assim maior independência dessas transferências. Do ponto de vista ordinal, Santana do Ipanema foi o único município que permaneceu constante do início ao fim da observação.

Santana do Ipanema apresentou uma redução em sua dependência entre a primeira observação e a última, saindo de pouco mais de 96,19% para 94,25%. Durante o percurso, apresentou um leve aumento entre 1990 e 1995, posteriormente a isso iniciou-se a queda.

Os demais municípios apresentaram variações mais acentuadas. São José da Tapera, por exemplo, saiu de espantosos 99,26% em 1990 para 90% em 2010; no Gráfico 11 fica evidenciado que entre os anos de 1990 e 2000 esse município dependia quase que unicamente dessas transferências. Delmiro Gouveia, apesar de

variar um pouco menos que Santana do período inicial ao final, observou uma grande variação no decorrer da série, especialmente entre 1995 e 2000.

Ao detalhar mais essas transferências, observa-se que elas são formadas majoritariamente por transferências intergovernamentais, ou seja, provenientes de outras esferas do governo. Dentre esses repasses, são destacados na tabela 3 aqueles que apresentaram a maior participação nas transferências correntes e suas respectivas participações para cada ano analisado.

TABELA 3 - PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS E SUAS PARTICIPAÇÕES NO TOTAL

	1990		1995		2000		2005		2010	
	Trans.	%	Trans.	%	Trans.	%	Trans.	%	Trans.	%
Delmiro Gouveia	FPM	57	FPM	81	FPM	29	ICMS	27	ICMS	34
Santana do Ipanema	FPM	80	FPM	75	FPM	35	FPM	44	FPM	28
São José da Tapera	FPM	80	FPM	70	FPM	33	FPM	40	FUNDEB	38

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados FINBRA (2017)

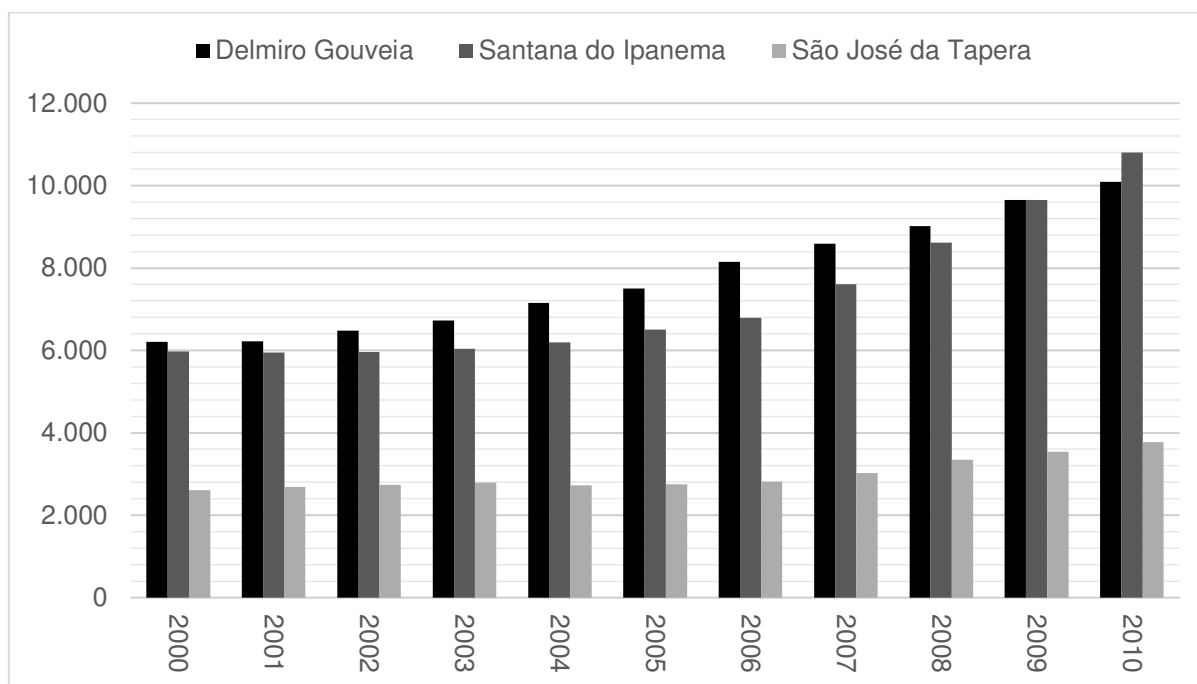
Dentre os municípios comparados, Santana do Ipanema é o único que obteve maior quantidade da cota parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em todos os períodos¹⁰. Os demais chegaram ao fim da série com outras transferências majoritárias. No caso de Delmiro, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de Tapera as transferências multigovernamentais, que são formadas basicamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Em todas as observações quanto à origem dos repasses, no total, a predominância foi das transferências intergovernamentais da União sobre os estaduais e multigovernamentais.

As transferências para as pessoas físicas ou jurídicas para além do governo municipal também exercem um importante papel na entrada de recursos no município. Uma das formas de transferência mais conhecidas é justamente aquela efetuada pela previdência social. O Gráfico 12 apresenta a quantidade de benefícios que a previdência emitiu para cada município¹¹.

¹⁰ Embora fuja do escopo deste trabalho, o cenário se altera posteriormente, pois em 2012 as transferências da união para o Sistema Único de Saúde (SUS) já ultrapassavam a cota parte do FPM no município como transferência de maior porte.

¹¹ Essa quantidade poderia sofrer influência do tamanho de cada população, isso foi descartado conforme Apêndice B.

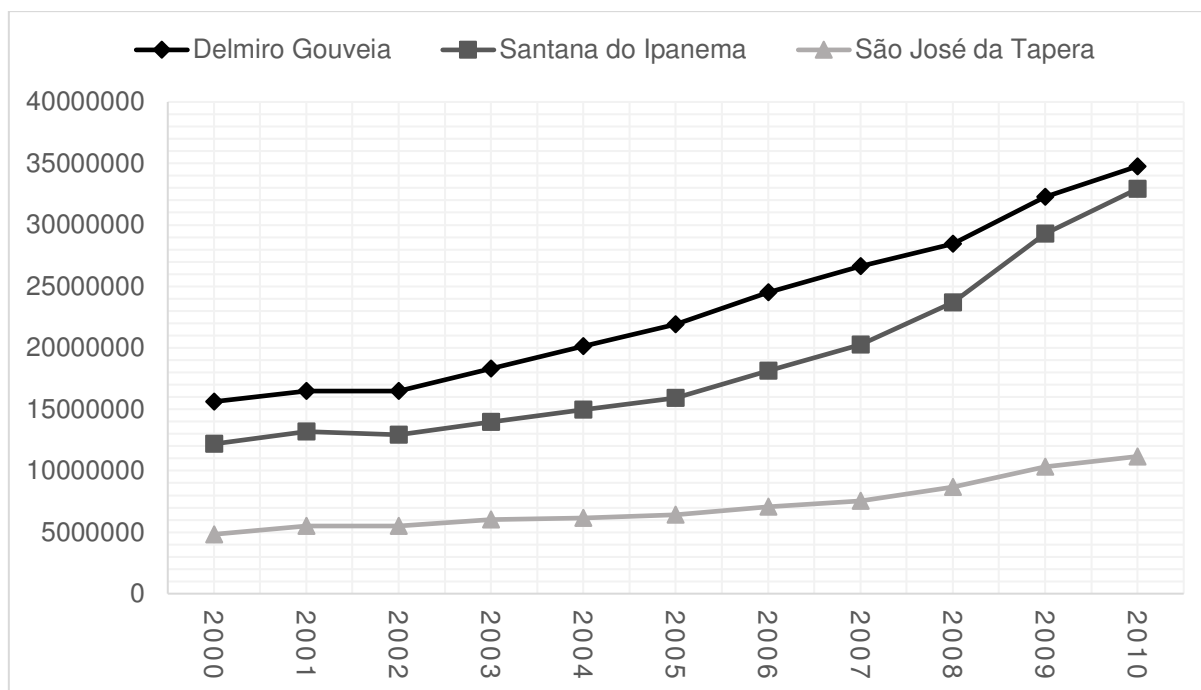
GRÁFICO 12 - QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Previdência Social (2017)

Conforme pode ser visto, a quantidade de benefícios é crescente em todas as observações para todos os municípios, com exceção apenas do município de Santana do Ipanema entre 2000 e 2001 e para São José da Tapera entre 2003 e 2004, que apresentaram leves reduções.

Outra observação importante é o ordenamento desses benefícios quanto ao seu montante. O município de Delmiro Gouveia mantinha a maior quantidade de benefícios, contudo, foi ultrapassada por Santana do Ipanema em 2009 e aumentou essa distância em 2010. Isso foi causado não por uma desaceleração no crescimento do quantitativo de benefícios de Delmiro, mas sim por um crescimento dos benefícios santanenses.

Contudo, ao observar o valor totalizado por essas transferências, observamos que o ordenamento não seguiu a tendência observada anteriormente, ou seja, o município de Delmiro Gouveia segue liderando a quantidade monetária desses benefícios do início ao fim da série, conforme apresenta o Gráfico 13, que trata dessa evolução.

GRÁFICO 13 - VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA (R\$ DE 2000)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Previdência Social (2017)

Nota: Os valores são representados em unidades e deflacionados pelo INPC.

Apesar de dentro do período analisado, como dito anteriormente, o ordenamento não ter sido alterado, podemos observar uma mudança positiva na taxa de variação desse quantitativo em todos os municípios, sobretudo de Santana do Ipanema, que se aproxima do valor apresentado por Delmiro Gouveia.

Para ter uma maior dimensão do que significam esses valores, pode-se observar quanto as transferências da previdência representam para o PIB de Santana do Ipanema. No ano de 2000 a sua participação já representava 19,5% do PIB, dez anos depois essa participação alcançou seu maior valor dentre os anos analisados, representando 33,4% do PIB municipal¹².

A participação santanense, com exceção dos anos 2002, 2003, 2004, em que São José da Tapera ocupou seu lugar, foi a maior entre os municípios analisados durante as observações. O que significa dizer que a cidade possuía a maior dependência dessa transferência.

Outra importante transferência para o município, que é repassado para pessoas físicas, é o Bolsa Família. Este benefício representou para o município santanense no ano de 2010, segundo dados do MDS, um repasse de pouco mais de R\$ 8,5 milhões

¹² Para maiores esclarecimentos ver Apêndice C

diretamente para famílias consideradas pobres. A Tabela 4 apresenta o grau de cobertura do Programa Bolsa Família sobre o seu público-alvo.

TABELA 4 - COBERTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (%)

	Delmiro Gouveia	Santana do Ipanema	São José da Tapera
2004	50,48	63,04	67,42
2005	52,6	71,86	69,01
2006	90,97	98,15	90,05
2007	102,34	105,78	91,49
2008	118,67	101,83	89,11
2009	109,83	82,35	81,22
2010	96,16	104,69	112,82

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDS (2017)

Nota: Expressa a cobertura percentual do Programa Bolsa Família em relação à estimativa de famílias pobres que se enquadram no perfil de inclusão do Programa.

Na tabela acima, pode-se observar a evolução gradativa da cobertura sobre a população pobre dos municípios, isso se reflete também em um aumento da quantidade de famílias atendidas (Tabela 5) e do valor total dos repasses (Gráfico 14), até que em 2007 essa cobertura ultrapassa o total do que seria o público alvo do programa nas cidades de Santana e Delmiro. Santana do Ipanema e São José da Tapera, na observação seguinte (2008), passam a receber uma menor cobertura. A exceção nesse momento é Delmiro Gouveia que, mesmo também tendo superado os 100%, aumenta sua cobertura e seus respectivos valores e número de famílias assistidas.

A queda da cobertura continuou para o ano de 2009, dessa vez generalizada, e em 2010 se tornou oposta à situação de 2008, estando acima dos 100% apenas em Santana do Ipanema e São Jose da Tapera.

TABELA 5 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSISTIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMILIA

Ano	Delmiro Gouveia	Santana do Ipanema	São José da Tapera
2004	3.006	4.104	3.058
2005	3.132	4.678	3.130
2006	4.867	5.741	4.390
2007	5.475	6.187	4.460
2008	6.349	5.956	4.344
2009	5.876	6.635	4.975

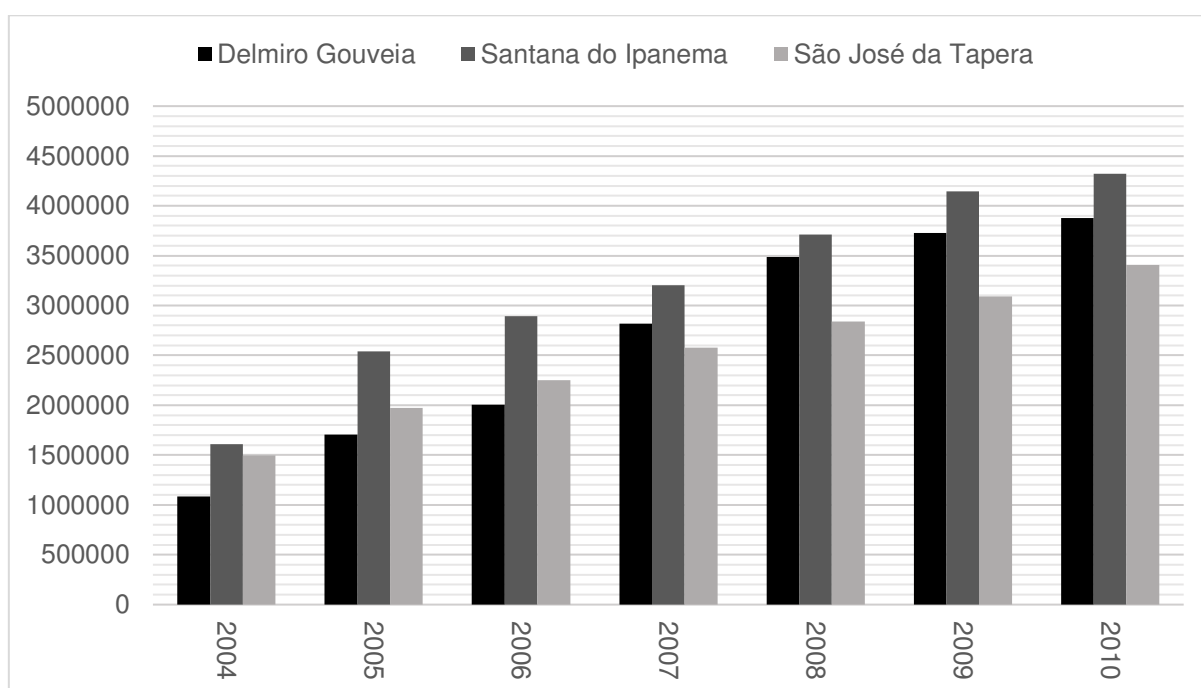
2010	6.011	6.824	5.079
-------------	-------	-------	-------

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDS (2017)

Ao compararmos a quantidade de famílias beneficiadas da Tabela 5 com os o grau de cobertura da Tabela 4, podemos notar que o único ano em que Santana do Ipanema não contou com o maior número de famílias beneficiadas foi justamente o ano de 2008. Em que, como citado acima, Delmiro Gouveia aumentou o grau de cobertura, enquanto as demais cidades analisadas diminuía a mesma.

Levando em consideração os dados anteriores em comparação com o Gráfico 14, nota-se que apesar de haver, em 2008, diminuição no número de famílias assistidas para Santana do Ipanema e São José da Tapera, o valor repassado aumentou, o que leva a crer que os municípios passaram a receber montantes maiores direcionados a essas famílias.

GRÁFICO 14 - VALOR REPASSADO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$ DE 2000)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDS (2017)

Nota: Os valores são representados em unidades e deflacionados pelo INPC.

Em todos os períodos observados houve crescimento do montante referente ao PBF, chegando a representar em 2010 4,4% do PIB do município¹³. Contudo, o que é necessário observar também é que os valores repassados pelo Programa Bolsa Família, se inseridos na análise da Tabela 3, que levou em consideração apenas os

¹³ Para maiores esclarecimentos sobre a participação do PBF no PIB, ver Apêndice D

valores repassados para o município e não para pessoas físicas, não mudaria a composição da tabela. Isso significa que, embora os repasses do programa sejam consideravelmente grandes, não ultrapassam o FPM em nenhuma das observações.

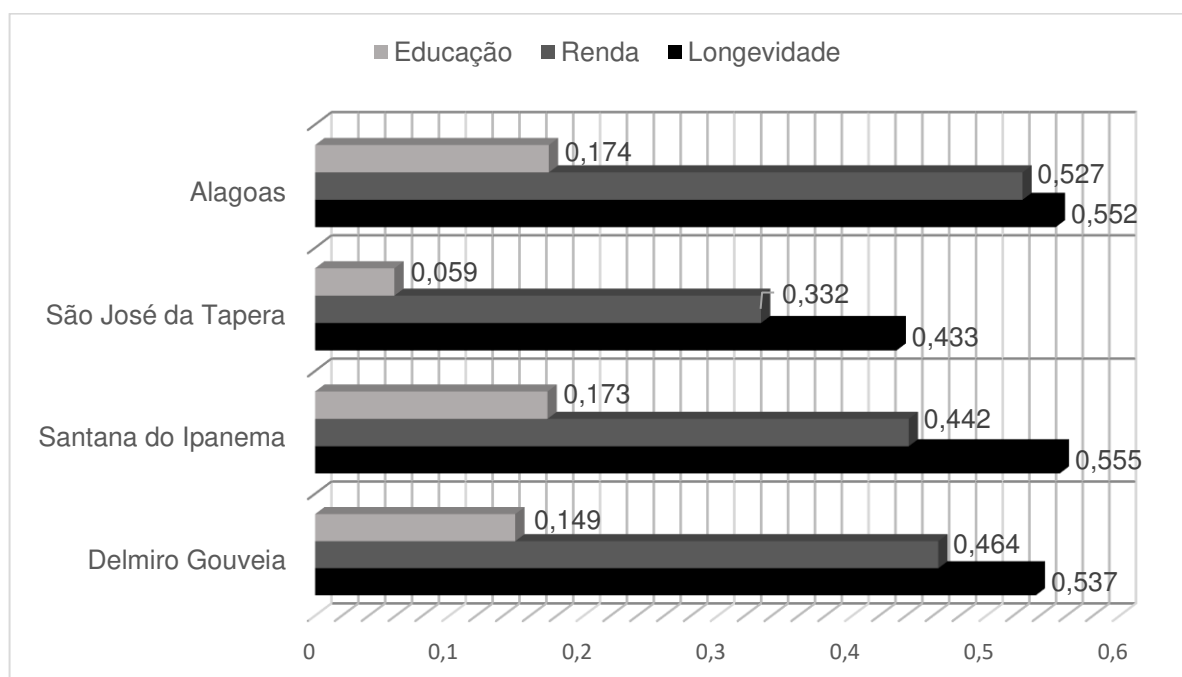
4.3. Indicadores de Qualidade de Vida

Para além da análise da riqueza de uma localidade, é importante também observar como a qualidade da vida dos habitantes tem evoluído ao longo dos anos. Esta seção trará um debate sobre os resultados dos principais indicadores que podem ser utilizados para abordar esse aspecto na esfera analisada.

4.3.1. IDHM

Um dos principais indicadores capazes de medir o desenvolvimento de uma sociedade é o IDHM. Para observar como cada aspecto desse indicador se comportou, as abordagens apresentam o resultado do IDHM por área, como mostra o gráfico 15.

GRÁFICO 15 - IDHM NO ANO DE 1991



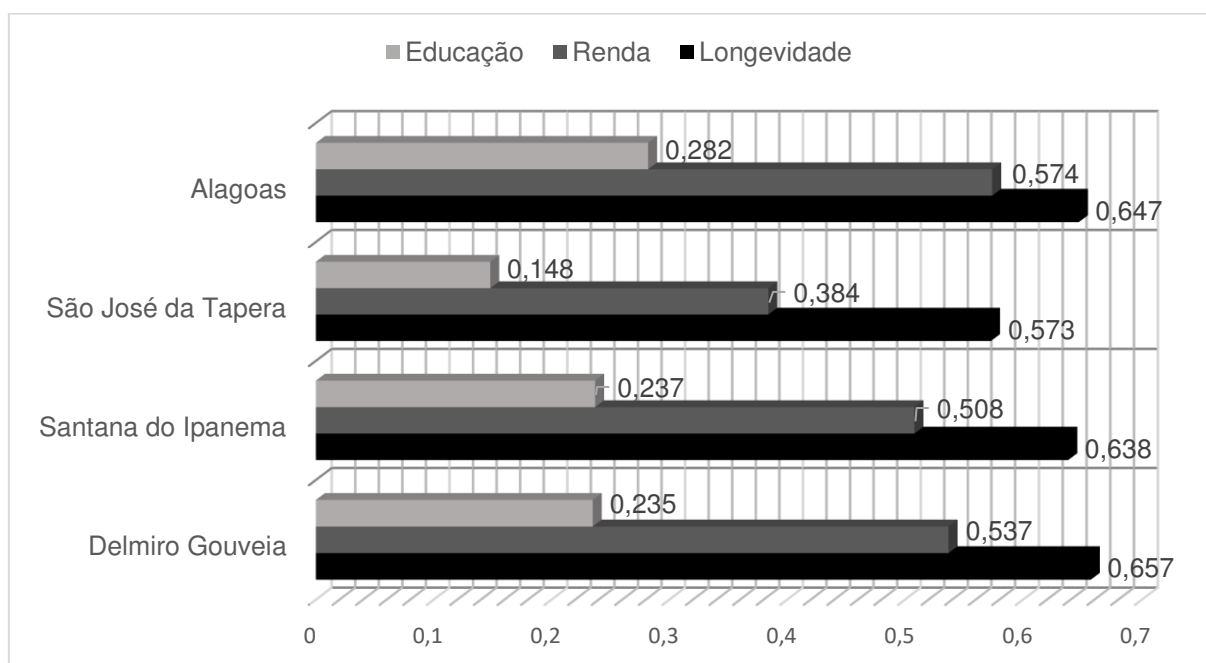
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados o PNUD (2013).

No Gráfico 15 é possível observar a composição do IDHM para os municípios selecionados mais o estado de Alagoas no ano de 1991. Nesse período o IDHM total do estado foi de 0,370, seguido de Santana do Ipanema (0,349), Delmiro Gouveia

(0,334) e São José da Tapera (0,204), todos considerados com o IDHM muito baixo. E todos contaram com uma maior contribuição do IDHM longevidade, sendo que Santana do Ipanema foi o único município analisado em que esse componente ficou acima da média para o estado (e único componente do IDHM municipal acima do parâmetro “muito baixo”), além de uma educação muito próxima também da média municipal, contudo na componente renda Delmiro Gouveia aparece mais próxima da média estadual. Em todos os componentes, e isso reflete no IDHM total, São José da Tapera apresenta o menor resultado.

Na análise posterior, que aconteceu no ano de 2000, apresentou dados com variações positiva em todos os aspectos. Esses resultados estão expostos no Gráfico 16.

GRÁFICO 16 - IDHM NO ANO DE 2000



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados o PNUD (2013).

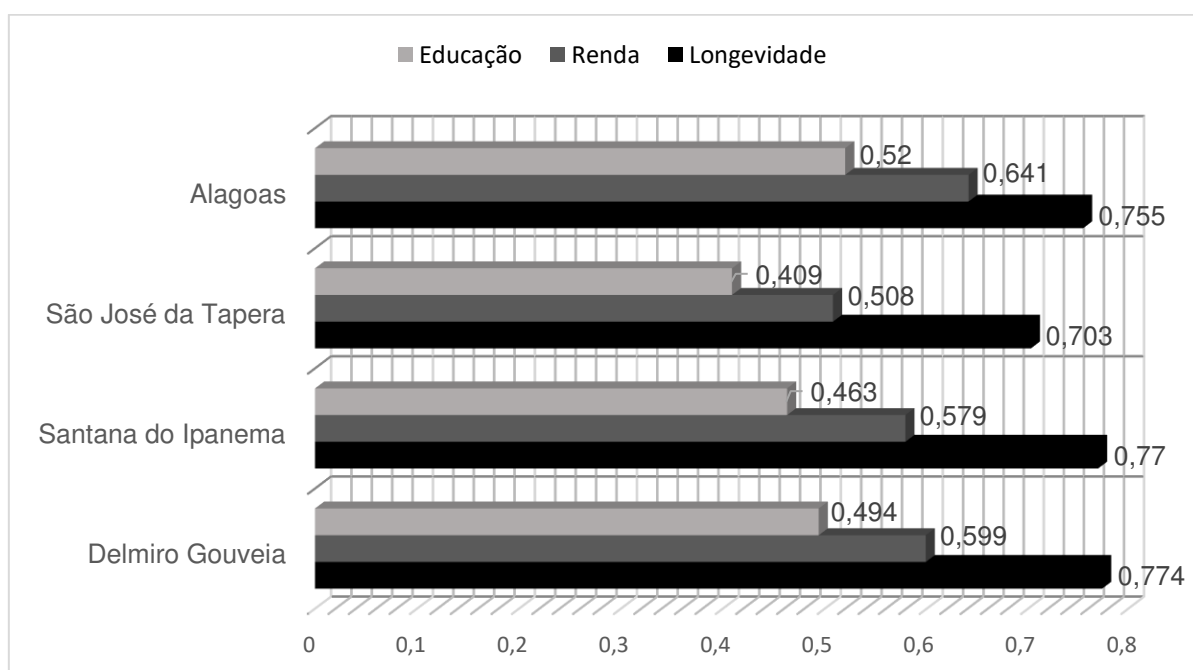
Nesse período o IDHM total do estado de Alagoas foi de 0,631, seguido dessa vez por Delmiro Gouveia (0,436), Santana do Ipanema (0,425) e São José da Tapera (0,319). Ainda assim, com a exceção da média estadual, os municípios sertanejos selecionados continuaram com a classificação “muito baixo” nos parâmetros estabelecidos pelo índice.

De maneira geral, o IDHM de Santana apresentou um crescimento de 21,78% em relação à análise anterior. Variação menor que a apresentada por Delmiro

Gouveia, mas ainda assim, positiva. Desta vez, apenas a educação se encontrou abaixo da fronteira de desenvolvimento baixo, contudo em uma grandeza proporcionalmente tão menor que foi capaz de manter o IDHM na faixa de desenvolvimento muito baixa. Vale salientar que o IDHM no Brasil possuía uma média de 0,727 nessa mesma análise.

Os resultados obtidos na terceira e última observação são de 2010 e estão expostos no gráfico 17.

GRÁFICO 17 - IDHM NO ANO DE 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados o PNUD (2013).

A terceira abordagem, efetuada em 2010, apresentou um índice classificado como baixo para Santana do Ipanema, 0,591, o que representa a segunda evolução do município no que diz respeito ao IDHM. Em contraste com a análise anterior seu crescimento foi da ordem de 39,06%. Dessa vez o fator educação, justamente o que apresentava maior deficiência, foi o maior responsável pela retirada do município da zona de desenvolvimento humano muito baixo, passando de 0,237 para 0,463. Os elementos renda e longevidade apresentaram índices de 0,579 e 0,770.

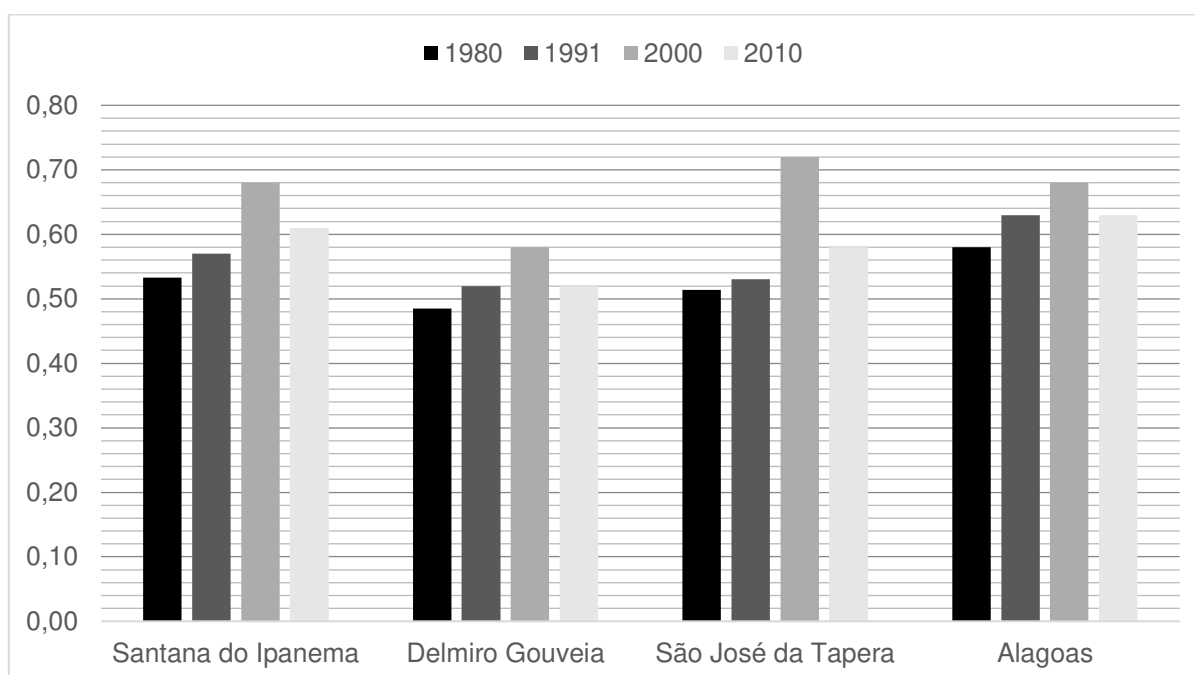
Em 2010 o estado de Alagoas apresentou um IDHM de 0,631, seguido por Delmiro Gouveia (0,612), Santana do Ipanema (0,591) e São José da Tapera (0,527). Em todos os casos a longevidade continua sendo o principal componente do IDHM,

sendo que Santana do Ipanema apresenta o melhor resultado nesse aspecto. O ponto fraco de todos também é comum, a Educação.

4.3.2. Índice de GINI e Indicadores de Pobreza

A evolução da desigualdade de renda em Santana do Ipanema pode ser analisada através do índice de Gini. O Gráfico 18 ilustra a evolução desse índice para Santana do Ipanema, municípios selecionados de acordo com a metodologia explicada anteriormente e Estado de Alagoas.

GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do PNUD (2013) e do IBGE (1980)

Como mostra o gráfico, no ano de 1980 o município apresentou a melhor média em comparação consigo mesmo nos demais períodos analisados, apresentando 0,53 de desigualdade e abaixo da média estadual, mesmo assim, nesse período, obteve um resultado pior que os outros dois municípios analisados.

A evolução desse indicador até a próxima observação, em 1991, fez piorar todos os cenários analisados. No caso específico de Santana do Ipanema a variação entre os períodos em termos percentuais foi de 7,5%, variação com valor inferior a Delmiro Gouveia (8,33%) e à média alagoana (8,62%), contudo ainda superior à São Jose da Tapera (3,92%), que obteve uma pequena variação.

É importante notar que tanto em valores absolutos quanto quando observamos as variações percentuais, todos os municípios sertanejos apresentam valores inferiores à média estadual. Isso significa que contribuem para que a média seja puxada para baixo.

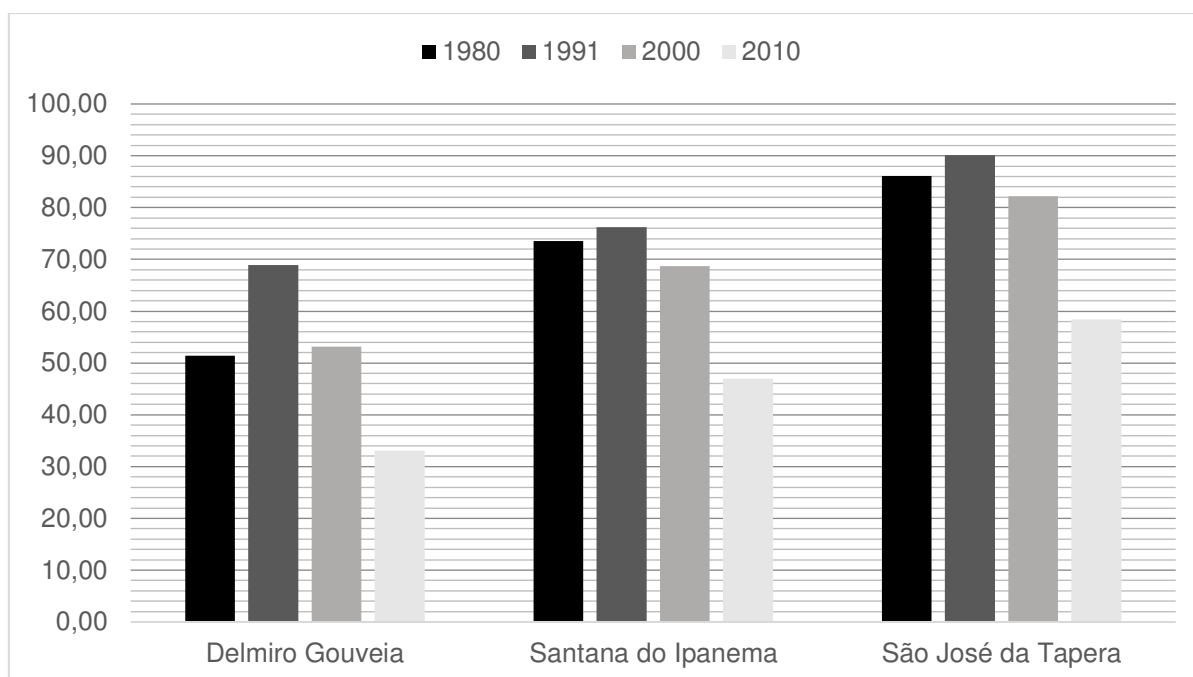
Na observação posterior, que ocorreu em 2000, o que chama mais atenção são as variações positivas acentuadas que as observações como um todo, com destaque para o município de São José da Tapera, que disparou na liderança do pior índice da análise, inclusive superando a média estadual.

Em termos absolutos, podemos observar que Santana do Ipanema se igualou ao estado, o que significa que esse teve um crescimento maior que a média dos outros municípios em Alagoas. Em termos percentuais, como esperado, São José da Tapera obteve a maior variação (35,8%) com relação à observação anterior, seguido de Santana do Ipanema (19,3%) e Delmiro Gouveia (11,5%), todos abaixo da média estadual (7,9%).

Em 2010, ano da última observação realizada, e após uma explosão de desigualdade explicada anteriormente, tem início um movimento de queda generalizada da desigualdade entre os locais estudados. Contudo o município de Santana do Ipanema ainda figura no topo da desigualdade entre os municípios observados, perdendo apenas para a média estadual.

Tratando-se de variação com relação à observação anterior, a maior queda foi justamente do município que apresentava maior desigualdade, São José da Tapera (-19,45%), seguido de Delmiro Gouveia (-10,34%), Santana do Ipanema (-10,3%) e da média alagoana (-7,35%).

Ao avaliar a evolução da desigualdade, um importante elemento que pode ajudar na compreensão das consequências dessa desigualdade de renda é a análise das taxas de pobreza e extrema pobreza dessa população. O Gráfico 19 apresenta a porcentagem da população que vive em estado de pobreza, considerando pobreza dentro dos termos já estabelecidos no processo metodológico.

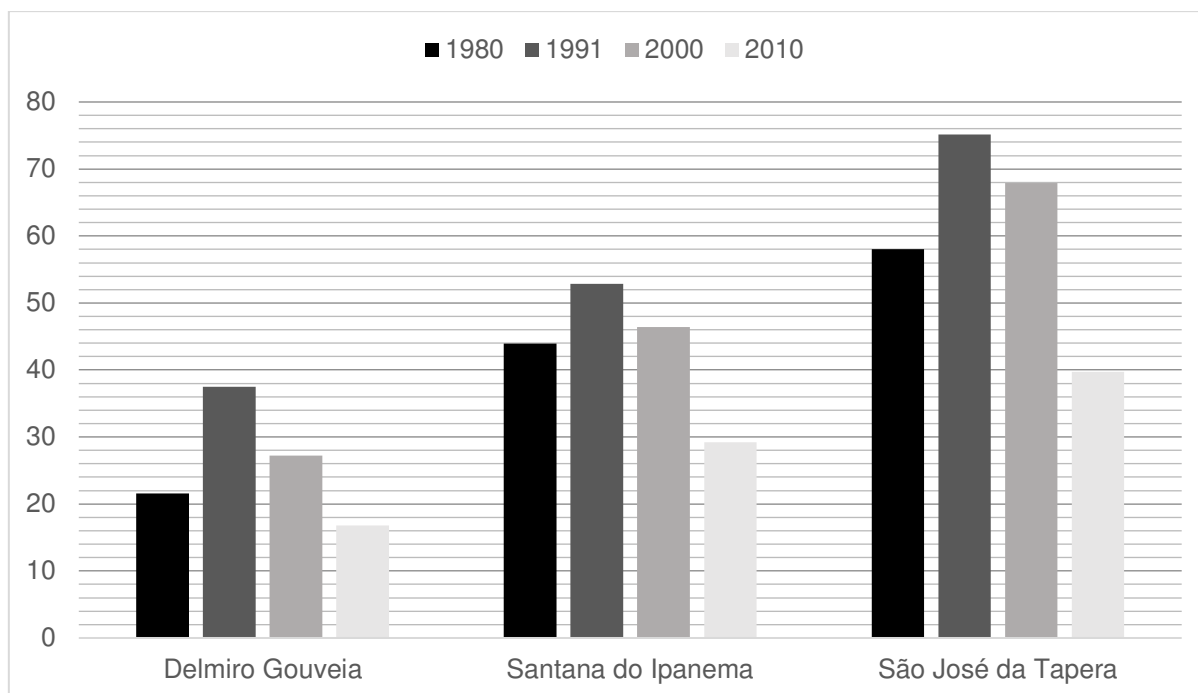
GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE POBRES

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do PNUD (2013) e do IBGE (1980)

Como é possível observar, em todos os períodos analisados o município de São José da Tapera apresentou as maiores taxas de pobreza em sua população, seguido de Santana do Ipanema e por último Delmiro Gouveia. Já com relação à evolução dessa taxa ao longo dos anos, pode-se notar que suas trajetórias, salvas as proporções das variações, foram semelhantes.

Da primeira observação em 1980 até a segunda em 1991, notamos o aumento da taxa de pobres na população, com especial ênfase em Delmiro Gouveia, que apresentava a menor das taxas. Posteriormente, na segunda variação (1991-2000), houve uma redução dessa taxa e, com exceção de Delmiro Gouveia voltou a patamares menores que em 1980. Para o ano 2000, a parcela considerada pobre da população volta a diminuir, dessa vez com uma variação ainda mais acentuada.

Dentro de cada uma das taxas de pobreza existem ainda as pessoas que se enquadram na faixa de renda conhecida como extrema pobreza. Essa população apresenta variações semelhantes à da análise anterior, isso por fazer parte dela, como apresentado no Gráfico 20.

GRÁFICO 20 - PERCENTUAL DE EXTREMAMENTE POBRES

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados o PNUD (2013) e do IBGE (1980)

Dadas as análises acima, um dos detalhes mais importantes e curiosos é o período de 1991 para 2000 com relação aos níveis de pobreza. Os números anteriores indicaram que houve crescimento econômico, uma elevação da renda per capita (conforme a Tabela 6), ao passo que ocorreu uma concentração maior de renda, demonstrada pelo índice de Gini, e uma redução da taxa de pobres e extremamente pobres. Isso poderia ser traduzido na hipótese de que houve um crescimento da economia e da renda, que apesar de ter ajudado a classe mais pobre a elevar também a sua renda, significou uma elevação ainda maior para as classes altas.

A Tabela 6 apresenta a evolução da renda per capita para as cidades de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia e São José da Tapera no período de 1980 à 2010.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA POR MUNICÍPIO

	1980	1991	2000	2010
Santana do Ipanema	137,46	125,53	188,57	293,85
Delmiro Gouveia	201,57	143,2	226,71	332,13
São José da Tapera	91,21	63,2	87,03	188,84

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados o PNUD (2013) e do IBGE (1980)

Os números se tornam ainda mais curiosos quando se observa a variação anterior (1980 - 1991), em que a renda diminuiu (Tabela 2), a pobreza aumentou, e a desigualdade subiu, ou a posterior (2000 - 2010) em que a renda aumentou, a pobreza diminuiu e a concentração caiu.

O trabalho de Bezerra *et al* (2010) se debruçou sobre esse tema, levando em consideração tanto as análises da renda e da taxa de pobres, quando adicionando a correção pela concentração de renda. Este chegou à conclusão de que o aumento da renda resultou na redução da taxa de pobres, e que quanto maior a pobreza de uma microrregião menos eficaz em reduzi-la se mostra o aumento da renda per capita. Mas que as políticas que resultaram no crescimento econômico no estado de Alagoas não contribuíram à redução da pobreza.

Especificamente com relação à microrregião de Santana do Ipanema, o resultado do estudo supracitado para o período é que o crescimento econômico foi empobrecedor¹⁴, ou seja, o crescimento da renda se reverteu em um aumento da desigualdade.

¹⁴ Na média, pois vários municípios apresentaram resultados inconclusivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando debater a composição da renda e as atividades predominantes ao longo da história do município de Santana do Ipanema até o ano de 2010, este trabalho buscou apresentar resultados relevantes para um dos principais municípios da região do Sertão alagoano, da qual os aspectos econômicos ao longo de sua história ainda não haviam sido reunidos em uma obra com a finalidade específica de debatê-los. Através da metodologia adotada, foram confirmadas as hipóteses de crescimento do produto e de mudança no setor predominante da economia.

De início, observou-se que, segundo as fontes citadas anteriormente, o território ocupado pelos indígenas e que se mantinha predominantemente pela caça, pesca, agricultura e coleta, foi substituído pela pecuária extensiva. Foi possível observar que os fundamentos da ocupação e produção na região foram reflexo de inúmeras políticas adotadas pela coroa portuguesa, desde a expulsão dos índios, concessão de sesmarias, incentivos aos desbravadores, o tipo de atividade produtiva adotada na região e restrições escravistas, contribuíram paulatinamente para a formação econômica da região onde hoje existe a cidade de Santana do Ipanema.

Foi possível também observar a importância da localidade onde se estabeleceu essa região, tanto a beira do Rio Ipanema, que como explicado serviu e ainda serve muito à economia santanense, como também pela localização entre as serras, que fez com que diversos comerciantes e carreiros passassem por aqui.

A agropecuária foi sim o alicerce da economia santanense, tanto em sua formação como nos momentos vividos posteriormente como os ciclos do couro e do algodão e na grande produção de feijão. Embora também tenha participação de vários acontecimentos históricos que influenciaram sua economia, como é o caso do cangaço, e da atividade do comércio retratada em suas importantes feiras.

As relações de trabalho também se modificaram, algumas pelo próprio processo de mudança na forma de produção, como é o caso do fim da quarteação, outras pelo aprofundamento da inserção das leis trabalhistas.

O município que já chegou a ser o terceiro mais populoso do estado alagoano, hoje é o segundo mais populoso do Sertão. O município passou por acentuadas variações populacionais, muitas delas explicadas por movimentos de emancipação de outros municípios. Detectou-se que sua urbanização se deu através de três fases, divididas de acordo com a taxa de crescimento da proporção urbana, sendo a primeira

delas de 1940 e 1950, a segunda de 1960 a 1980, e a terceira de 1991 a 2010. Santana também foi o único município analisado em que a taxa de urbanização apenas aumenta, mesmo sendo analisada uma série maior para o mesmo.

Com exceção dos anos iniciais em que as variações santanenses podem ser explicadas pelos movimentos de emancipação de outros municípios, a evolução do produto dos municípios analisados tem uma trajetória sempre relacionada a sua composição. Suas variações podem ser ou não acompanhadas pelas demais de acordo com o peso de cada setor na economia.

Quanto a essa composição, o gráfico 7 deixou clara a transição que aconteceu no município. O setor agropecuário era o setor predominante, em concordância com as informações trazidas ao longo do capítulo 3, contudo, esse foi perdendo espaço gradativamente para o setor de serviços. Em seu melhor ano, 1949, a agropecuária correspondia a 80% do produto santanense, já em 2010, os serviços representavam 84,71%. Esse pode ser considerado o movimento mais importante dessa trajetória.

Ainda sobre o setor de serviços, foi possível notar que grande parte de sua composição é formada pela administração pública, o que deixa a população bastante dependente da máquina pública. Revelando ainda mais esse caráter de dependência, observou-se que as receitas municipais, não só de Santana, mas também dos outros municípios analisados, são bastante dependentes de transferências. No caso de Santana, para o período analisado, o município sempre esteve acima dos 90% de dependência. Dessas transferências, o FPM foi a transferência que obteve maior peso para Santana do Ipanema e, durante a maior parte da análise, nos outros municípios também.

No que se refere a transferências, as previdenciárias e as do programa social Bolsa Família também apresentaram grande importância. Na análise observou-se que a quantidade de benefícios da previdência não reflete o mesmo ordenamento entre os municípios de quando se observa os valores transferidos. Isso significa que embora nos últimos períodos Santana do Ipanema tenha recebido mais benefícios que os demais analisados, os recebidos por Delmiro Gouveia são de maior valor no total. Em contrapartida, em termos de participação no PIB, Santana se mostra bem mais dependente, com um terço de seu produto formado pelas transferências da previdência.

Atrelado a isso, o Programa Bolsa Família apresenta, com raras exceções, progressivos aumentos na quantidade de famílias assistidas e nos reais valores

repassados, aumentando sua participação no PIB de cerca de 2% em 2004 para 4,4% em 2010, e contribuindo para a elevação da dependência dessa economia.

O índice de desenvolvimento escolhido para o município também apontou melhorias na qualidade de vida dos sertanejos para os períodos analisados. Contudo, apesar de ter saído da condição de IDHM muito baixo, esse ainda é considerado baixo e carece de especial atenção no aspecto educação. A análise da concentração de renda, pobreza e extrema pobreza dos municípios analisados apresentou uma trajetória semelhante, com crescimento nos primeiros anos e retração nas observações finais.

O tema, ainda pouco explorado, embora tenha recebido algumas contribuições nesse estudo, merece outras abordagens e atualizações quando novos fatos forem elucidados, uma vez que a principal limitação desse trabalho foi justamente o difícil acesso a obras antigas que abordam o tema, por isso, a certeza de que outros aspectos importantes ainda podem surgir. Quanto ao tratamento dos dados, outras abordagens podem ser realizadas, aprofundando alguns dos aspectos apresentados, trazendo novas variáveis, períodos mais recentes ou metodologias alternativas. As análises realizadas contribuem para o conhecimento do tema, embora não o esgote em definitivo.

Por fim, é importante ser dito que durante a elaboração desse estudo diversos acontecimentos e casos que, embora tenham despertado interesse e curiosidade, não puderam ser reproduzidos aqui. Outros tantos também poderiam ter sido colocados caso o acesso tivesse sido possível. Assim, percebe-se a possibilidade e importância de um maior aprofundamento nas referências apresentadas e demais obras semelhantes para enriquecer os conhecimentos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AGRA, V.W.N. Trilhas Santanenses: Passa boi passa boiada, passa história pela estrada. In: MARQUES MELO, J.; GAIA, R. (orgs.). **Sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema**. Maceió: EDUFAL, 2010.

ARAÚJO, J.P. Roteiro histórico-cronológico do colégio Cenecista Santana. In: MARQUES MELO, J.; GAIA, R. (orgs.). **Sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema**. Maceió: EDUFAL, 2010.

BARROS, L. de O. C. Santana do Ipanema pelos caminhos da memória. In: MARQUES MELO, J.; GAIA, R. (orgs.). **Sertão Glocal: um mar de ideias brota às margens do Ipanema**. Maceió: EDUFAL, 2010.

BEZERRA, L. de A. et al. Pró-pobre ou empobrecedor: qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas?. **Análise**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 162-174, jul./dez. 2010.

CAMPOS, S.S; SOBRINHO, C. de S. S. **História do Município**. Disponível em: <<http://www.maltanet.com.br/santanadoippanema/dados/historia.php>> Acesso em: 08 abr. 2017.

CARVALHO, C. P de. **Formação histórica de Alagoas**. 3.ed rev. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2015.

CHAGAS, C. B. **Santana do Ipanema: Conhecimentos Gerais do Município**. [s.l]. Grafmarques, 2011a.

_____. **Ipanema: Um rio macho**. Santana do Ipanema; SWAInstituto, 2011b.

_____.; FAUSTO, M. **Lampião em Alagoas**. Maceió; Grafmarques, 2012.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**, 10 ed. São Paulo, McGraw, Hill 2009.

FINBRA – Finanças do Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais> Acesso em: 08/04/2017.

DE LIRA, F. J. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 1980: Dados distritais. Resultados da Amostra. IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=771>> Acesso em: 08 abr. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, v.19 - Municípios de Alagoas: 1959.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 08 abr. 2017.

LIMA JÚNIOR, F. **Delmiro Gouveia**: o Mauá do sertão alagoano. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1963.

LESSA, G. Uma nova Alagoas é possível. Disponível em: <<https://alagoasreal.blogspot.com.br/2011/07/uma-nova-alagoas-e-possivel-golbery.html>> Acesso em: 08 abr. 2017.

MACHADO, F. D. **História econômica de alagoas**: A indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL, 2016.

MARQUES MELO, J.; GAIA, R. (orgs.). **Sertão Glocal**: um mar de ideias brota às margens do Ipanema. Maceió: EDUFAL, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php> Acesso em: 08 abr. 2017.

MELO, F. de A.; MELO, D. de A. **Santana do Ipanema conta a sua história**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.

NOBRE, L. Santana Urbana: o batatal, a matriz e o monumento. In: MARQUES MELO, J.; GAIA, R. (orgs.). **Sertão Glocal**: um mar de ideias brota às margens do Ipanema. Maceió: EDUFAL, 2010.

OLIVEIRA, J.S de. “Brasil mostra a tua cara”: Imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001.

OLIVEIRA, O.F de. Evolução Econômica do município de Pedro Velho/RN. Natal, 2015.

PNUD, Ipea, FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: 2013.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-municipais-2000-a-2016/>> Acesso em: 08 abr. 2017.

ROCHA, T. **Delmiro Gouveia**: o pioneiro de Paulo Afonso. Departamento Estadual de Cultura: Maceió, 1963.

SILVA, A. M. A. da. **Economia de Maceió**: diagnóstico e propostas para construção de uma nova realidade. IPEA/EDUFAL: Brasília, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Trajetória de crescimento dos valores adicionados (R\$ de 2000)

		Agropecuária	Industria	Serviços	Administração Pública
Delmiro Gouveia	1920
	1975	3.367,38	55.947,32	11.539,56	2.363,06
	2010	2.079,31	43.989,54	83.554,61	43.456,40
Santana do Ipanema	1920	1.604,35	398,58	1.292,01	153,42
	1975	12.402,80	4.766,15	16.947,61	3.754,07
	2010	4.677,79	9.122,19	76.457,08	34.142,07
São José da Tapera	1920
	1975	10.196,51	494,37	3.931,66	744,9
	2010	3.808,52	3.900,86	35.119,55	27.771,84

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017).

Ao se observar os dados contidos no Apêndice A, é possível notar que além do crescimento da participação (demonstrado nos gráficos 7,8 e 9) a transição para o setor de serviços se deu pelo aumento desses de forma absoluta, ao passo que o setor Agropecuário, ou no caso de Delmiro Gouveia, da Industria, crescia de forma mais lenta ou reduzia seu montante. Com relação à Administração Pública, o que se pode notar também é uma trajetória de crescimento de seu montante em todos os municípios analisados.

APÊNDICE B - Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social Per Capita

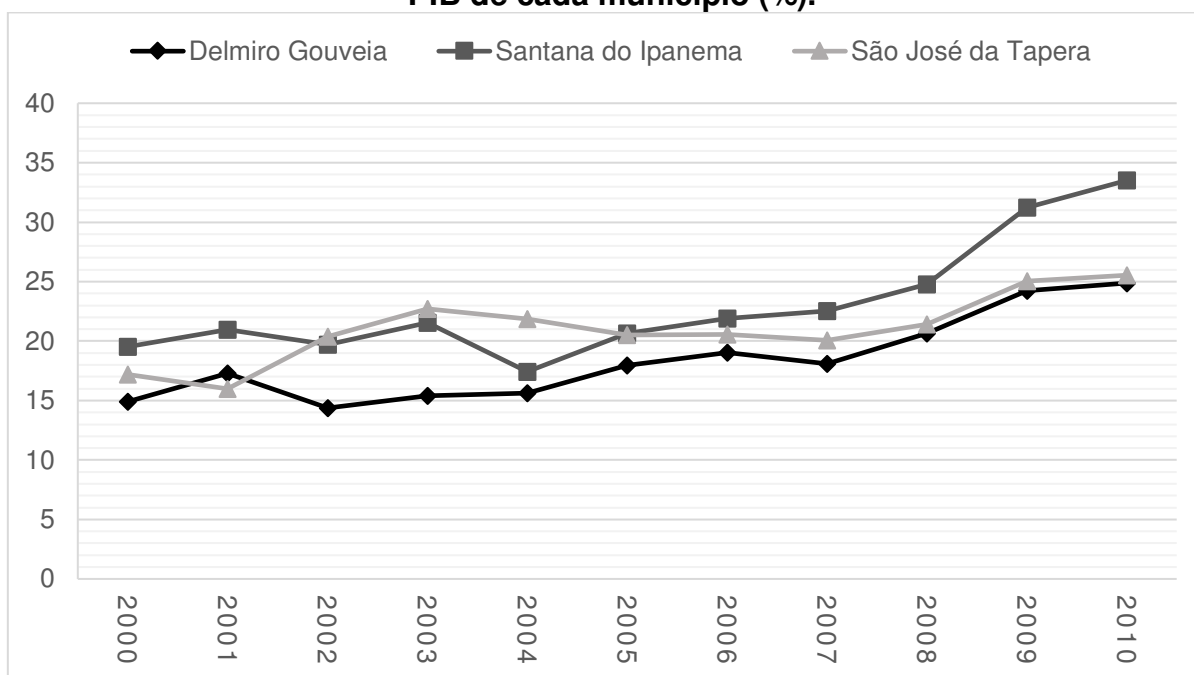
	2000	2007	2010
Delmiro Gouveia	0,14427259	0,184424558	0,209788756
Santana do Ipanema	0,144003857	0,179969737	0,240385471
São José da Tapera	0,094768159	0,100534369	0,125598245

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017) e da Previdência Social (2017).

No Apêndice B está retratado a quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social pelo tamanho da população, ou seja, de maneira per capita. Isso corrige a distorção causada pela diferença no tamanho dessa população na quantidade absoluta de benefícios.

Contudo, é possível notar que essa trajetória ainda é de crescimento para todos os municípios. Além disso, o ordenamento continua inalterado com relação ao apresentado no Gráfico 12, sendo Delmir Gouveia durante as primeiras observações o detentor do maior montante de benefícios e Santana do Ipanema o substitui na observação final. Isto significa que o município recebeu um aumento, maior que os demais e não influenciado pela variação da população residente, na quantidade de benefícios da previdência social.

APÊNDICE C - Participação dos valores emitidos pela Previdência Social no PIB de cada município (%).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017) e da Previdência Social (2017)

O Apêndice C apresenta a participação, em termos percentuais, que as transferências da previdência representam do total do PIB. Levando-se em consideração que os municípios apresentam PIBs de tamanhos diferentes, isso implicará que o montante repassado pela previdência Social pode representar uma parte maior ou menos desse produto.

É notória a maior volatilidade dos dados em relação aos apresentados no Gráfico 13, isso indica que apesar dos valores repassados pela previdência não sofrerem tamanhas variações, sua participação no PIB varia de acordo com o comportamento dos demais setores da economia.

Aqui, Santana do Ipanema, com exceção da observação entre 2002 a 2005, apresenta a previdência que tem maior participação no total do PIB. O menos dependente dessas transferências é Delmiro Gouveia, apesar de deter o maior volume de recursos.

APÊNDICE D - Participação do PBF no PIB (%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Delmiro Gouveia	0,84	1,4	1,55	1,91	2,53	2,79	2,77
Santana do Ipanema	1,88	3,29	3,49	3,56	3,88	4,42	4,4
São José da Tapera	5,33	6,30	6,56	6,84	7,018	7,51	7,79

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2017) e do MDS (2017).

Em termos percentuais, o Apêndice D apresenta a participação do Programa Bolsa Família no total do PIB de cada município. É possível observar, que esses representam uma fração menor que a apresentada pela Previdência Social, contudo ainda uma parcela significativa do produto santanense.

A pesar de anteriormente, Gráfico 14, observar-se que Santana do Ipanema detinha os maiores volumes de repasses do PBF, em termos relativos a participação no PIB, é São José da Tapera que se mostrou mais dependente em todas as observações.